



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE PESQUISA E TEORIA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PESQUISA DO
COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO



CONHECIMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM ESTUDO COM
MÃES EM CONTEXTO DE CÁRCERE

Marília Zara Gentil de Oliveira

BELEM-PA
2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE PESQUISA E TEORIA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PESQUISA DO
COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

CONHECIMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM ESTUDO COM
MÃES EM CONTEXTO DE CÁRCERE

Marília Zara Gentil de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Maria Colino Magalhães (UFPA)

Área de concentração: Ecoetologia

Trabalho financiado pelo CNPq, através de bolsa de mestrado.

BELÉM-PA
2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE PESQUISA E TEORIA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PESQUISA DO
COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONHECIMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM ESTUDO COM
MÃES EM CONTEXTO DE CÁRCERE

CANDIDATA: MARÍLIA ZARA GENTIL DE OLIVEIRA

DATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO: 06/04/2017.

RESULTADO:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Celina Maria Colino Magalhães (UFPA- Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Julia Sursis Nobre Ferro Bucher (UFPA- Membro)

Prof^a. Dr^a. Lília Ieda Chaves Cavalcante (UFPA- Membro)

Prof^a. Dr^a. Simone Souza da Costa e Silva (UFPA-Suplente)

BELÉM-PA
2017

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) Biblioteca Central - UFPA**

Oliveira, Marília Zara Gentil de, 1990-|

Conhecimento sobre desenvolvimento infantil: um estudo com mães em contexto de cárcere / Marília Zara Gentil de Oliveira. — 2017.

Orientador: Celina Maria Colino Magalhães

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Pesquisa e Teoria do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em teoria e Pesquisa do Comportamento, Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Belém, 2017.

1. Filhos de prisioneiras – Ananindeua, PA - Psicologia. 2. Crianças – Desenvolvimento – Cuidado e higiene. 3. Prisioneiras – Relações com a família – Cuidado e tratamento. I. Título.

CDD: 23. ed. 365.43098115

Não sou nascido em berço de ouro
Lá no morro me criei, dele nunca consegui sair
A mim tudo foi negado, quase que não estudei
Até tentei, mas tive que desistir
E depois você sabe onde é que vai dar
Essa história bandida que sai todo dia nas manchetes dos jornais
Mas do lado de cá só sabe quem já esteve, meu irmão
Realidade tão difícil de aguentar...

Mas eu já paguei a minha pena, também sou filho de Deus
Se eu tive sorte foi porque não dei de cara com a morte
Mas sei que da vida não posso desistir, devo sempre lutar
Pra conquistar minha condição de cidadão do mundo

Eu não quero a sua pena, quero seu lado mais humano
Eu não quero a sua pena, pois a minha eu já paguei.

(Gabriel Versiani)

AGRADECIMENTOS

Penso que a necessidade de gratidão não surge apenas quando se recebe mas sobretudo quando podemos oferecer também, tornando-me então uma participante ativa do espetáculo da vida e da sociedade. Muito obrigada a todos que abriram o caminho para mim.

Obrigada família e amigos por todo apoio durante esses anos. Obrigada Professora Celina Magalhães por ter me recebido no programa e confiado no meu trabalho, obrigada Professora Lilia Cavalcante pelas aulas fantásticas que fizeram meu coração bater mais forte pelo estudo e pela pesquisa.

Agradeço imensamente a Mayana Okada por ter me acolhido desde o início quando ainda existiam medos em mim de quem ainda não sabia o que esperar da pesquisa em contexto de cárcere, você me ajudou muito nessa transição, muitíssimo obrigada!

Minhas “Princesas da UMI”, Dayse e Aline, muito obrigada pelo apoio e todo trabalho realizado na UMI, conseguimos com muita dedicação semear o que tínhamos de melhor no coração das mães e dos bebês da unidade. Obrigada Danusa que em seus anos de gestora da UMI sempre acolheu a pesquisa na unidade, aprendi muito com a sua postura e profissionalismo.

Obrigada Laiane, Dalizia e Maureanna, vocês fizeram parte disso, direta e indiretamente, sou muito grata por todas as vezes que vocês me ajudaram, são essas mãos que se estenderam que possibilitaram eu caminhar, gratidão!

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) e ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento por participarem da minha caminhada e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão da bolsa de mestrado, a qual favoreceu a realização deste estudo.

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Apresentação.....	14
Capítulo 1- Introdução.....	17
Nicho Desenvolvemental.....	17
O Cárcere como Nicho de Desenvolvimento.....	27
Ambiente Físico e Social do Cárcere.....	27
Crenças e Conhecimentos das mães em situação de privação de liberdade....	36
Práticas de cuidado das mães custodiadas.....	38
Objetivos.....	43
Objetivo Geral.....	43
Objetivos Específicos.....	43
Capítulo 2- Método.....	44
Delineamento da Pesquisa.....	44
Participantes.....	44
Ambientes de coleta.....	44
Instrumentos e Materiais.....	45
Roteiro de entrevista	45
Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil.....	45
Folha de Registro das Respostas do KIDI.....	46
Diário de Campo.....	47
Procedimentos.....	47
Procedimento de coleta de dados.....	47

Procedimento de análise de dados.....	49
Perfil sócio demográfico.....	49
Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI).....	49
Diário de campo.....	49
Capítulo 3- Resultados e Discussão.....	51
O Ambiente Físico e Social da Unidade Materno Infantil da Susipe.....	51
Conhecimento sobre Desenvolvimento Infantil e Práticas de Cuidado.....	65
Considerações Finais.....	78
Referências.....	81
Apêndices.....	90
Apêndice A- Planta da Unidade Materno Infantil (UMI).....	91
Apêndice B- Roteiro de Entrevista.....	92
Apêndice C- Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI)....	93
Apêndice D- Folha de registro das respostas do Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI).....	100
Apêndice E- Autorização Judicial.....	101
Apêndice F- Autorização do Comitê de Ética.....	105
Apêndice G- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Caracterização sócio demográfica da amostra (N=16).....	65
Tabela 2- Dados pessoais, profissionais e sociais da amostra.....	67
Tabela 3- Questões que apresentaram maiores índices de acertos, erros e incertezas nas categorias do KIDI	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Refeitório/ Espaço para receber visitas.....	45
Figura 2- Diagrama esquemático do procedimento.....	50
Figura 3- Visualização parcial do quarto 1 e do banheiro ao lado.....	51
Figura 4- Enfermaria da UMI.....	52
Figura 5- Visualização parcial da sala da Administração.....	53
Figura 6- Visualização parcial do quarto 2.....	54
Figura 7- Visualização parcial do quarto 3.....	55
Figura 8- Cozinha da UMI	55
Figura 9- Refeitório/ Lugar onde recebem visitas.....	56
Figura 10- Brinquedoteca móvel da UMI.....	57
Figura 11- Faixada externa da UMI.....	58
Figura 12- Jardim da entrada.....	58
Figura 13- Garagem da UMI.....	59
Figura 14- Quintal com paisagismo.....	60
Figura 15- Percentual médio de acerto, erro e incerteza das mães em relação as 75 questões do KIDI.....	69
Figura 16- Percentual médio de acerto, erro em relação às categorias do KIDI.....	70

LISTA DE SIGLAS

CRF- Centro de Reeducação Feminino

LED- Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento

OMS- Organização Mundial da Saúde

PPGTPC- Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

SUSIPE- Sistema Penitenciário do Estado do Pará

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UMI- Unidade Materno Infantil

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

Oliveira, M. Z. G. (2017). *Conhecimento sobre desenvolvimento infantil: um estudo com mães em contexto de cárcere*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 109 páginas.

RESUMO

O conceito de Nicho de Desenvolvimento engloba três subsistemas: o ambiente físico e social, a psicologia dos cuidadores e as práticas de cuidado. O presente estudo objetivou analisar o contexto de cárcere à luz do modelo teórico do Nicho Desenvolvimental. Fizeram parte da amostra 16 mães custodiadas na Unidade Materno Infantil da SUSIPE localizada em Ananindeua, região metropolitana de Belém. Utilizou-se para coleta dos dados um roteiro de entrevista com finalidade de levantar informações do perfil das mães e seus bebês. As mães responderam ao Inventário de conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI), instrumento composto por 75 questões, dividido em quatro categorias: *práticas de cuidado, saúde e segurança, normas e marcos do desenvolvimento e princípios do desenvolvimento*. Os resultados indicaram que a maioria das mães possuíam mais de 25 anos, múltiparas e de escolaridade baixa. No que concerne ao resultado da aplicação do instrumento KIDI, vê-se que as mães acertaram 62% das questões do inventário e apresentaram desempenho superior a 50% de acerto em todas as categorias avaliadas pelo instrumento, entretanto os melhores resultados foram obtidos em assertivas relacionadas a categoria *Saúde e Segurança* (71,87%) e *princípios do desenvolvimento* (64,34%). A multiparidade e o ambiente físico e social se apresentaram como variáveis significativas no nível de conhecimento. A partir dos resultados encontrados, verifica-se o quanto se faz importante conhecer este contexto enquanto um Nicho de Desenvolvimento que guarda mútua relação entre ambiente, práticas e a psicologia dos cuidadores, e que, portanto devem ser entendidos nas suas diversas dimensões. O estudo em contexto de cárcere revelou-se satisfatório, na medida em que trouxe dados importantes para a reflexão de políticas públicas no ambiente prisional, possíveis orientações para as mães acerca do desenvolvimento infantil e contribuições para o aperfeiçoamento da atuação dos profissionais na unidade.

Palavras-chave: cárcere, mãe-bebê, desenvolvimento infantil, nicho de desenvolvimento.

Oliveira, M. Z. G. (2017). *Knowledge about child development: a study with mothers in prison context*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 109 páginas.

ABSTRACT

The concept of Development Niche consists of three subsystems: the physical and social environment, the psychology of caregivers and care practices. The present study aimed to analyze the prison context in light of the theoretical model of the developmental niche. The sample was 16 mothers guarded at the SUSIPE's Maternal and Child Unit located in Ananindeua, in the metropolitan region of Belém. An interview script was used to collect the data in order to obtain information on the profile of mothers and their babies. Mothers responded to the KIDI, an instrument composed of 75 questions, divided into four categories: care practices, health and safety, rules and acquisitions and principles of development. The results indicated that the majority of the mothers were over 25 years of age, multiparous and of low schooling. Regarding the results of the application of the KIDI instrument, it was observed that the mothers answered 62% of the inventory questions and presented a performance of more than 50% of correctness in all the categories evaluated by the instrument, however the best results were obtained in The Health and Safety category (71.87%) and development principles (64.34%). Multiparity and the physical and social environment presented themselves as significant variables at the level of knowledge. From the results found, it is verified how important it is to know this context as a Development Niche that has a mutual relationship between environment, practices and the psychology of caregivers, and therefore, must be understood in its various dimensions. The study in prison context was satisfactory in that it provided important data for the reflection of public policies in the prison environment, possible orientations for mothers about child development and contributions for the improvement of the professionals' performance in the unit.

Keywords: prison, mother-baby, child development, developmental niche.

APRESENTAÇÃO

O número crescente de mulheres nos sistemas prisionais abre espaço à realização de estudos voltados para essa população, em especial mulheres grávidas e que permanecem com seus filhos após o parto. Autores como Armelin, Mello e Gauer (2010), Rita (2006) e Viafore (2005) reconhecem que apesar da preocupação e urgência de mudanças apontadas por relatórios públicos, ainda existe a necessidade de mais pesquisas e afirmam que na maioria das vezes os estudos realizados são voltados para a criminalidade e violência, deixando ao largo as questões referentes às penitenciárias, e principalmente as mulheres custodiadas com seus filhos em unidades prisionais.

A assistência às mães no cárcere no Estado do Pará oficializou-se em Março de 2013 com a inauguração da Unidade Materno Infantil da SUSIPE (UMI), localizada no município de Ananindeua, nas proximidades do Centro de Reeducação Feminino (CRF). Pesquisas puderam ser desenvolvidas na UMI após um representante da Defensoria Pública do Estado convidar docentes do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), o qual pertence ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), para conhecerem a Unidade, durante a semana da amamentação. Após esse encontro foi constatada a possibilidade de desenvolvimento de futuros projetos no local e a parceria com a UFPA foi consolidada. Posteriormente surgiu um grupo dentro do LED que dedicou-se a compreender o cárcere como contexto de desenvolvimento tanto das mães, quanto dos seus bebês. Uma brinquedoteca móvel também foi implantada na unidade, disponibilizando brinquedos e materiais diversos com o objetivo de estimular o vínculo mãe-bebê. Okada (2016) foi a primeira discente do LED a concluir sua dissertação nesse campo, intitulada “Maternidade no cárcere: cuidados básicos”. A partir de seus achados, novas possibilidades de pesquisas foram pensadas, entre elas o presente estudo.

É válido destacar que no mês de março de 2015 foi aprovado pelo comitê de ética o projeto de pesquisa “Amamentação no cárcere: possibilidades e desafios para mães e bebês”, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Celina Maria Colino Magalhães, docente e pesquisadora do PPGTPC. Esse projeto de pesquisa apoia as investigações científicas iniciadas no LED e tem como objetivo contribuir com o debate atual sobre a realidade de mães e bebês em contexto de cárcere. O presente estudo faz parte desse projeto e apresenta uma relevância social e acadêmica na medida em que contribuirá com dados importantes para estudos nesse campo ao investigar o conhecimento que as mães custodiadas possuem sobre o desenvolvimento infantil.

Devido a complexidade do tema pesquisado, o método de investigação foi norteado pela teoria do Nicho do desenvolvimento, que possibilitou uma compreensão mais detalhada dos subsistemas que envolvem a criança, tais como: a psicologia dos cuidadores, o ambiente físico e social e as práticas de cuidado relacionados com o contexto nos quais estas emergem.

A realização deste estudo teve a intenção de contribuir tanto para área do desenvolvimento humano, quanto para a sociedade, através de reflexões acerca das políticas públicas voltadas para as mães e seus bebês em ambientes prisionais e como o cumprimento da legislação está sendo concretizado em uma unidade no Estado do Pará. Também será possível futuras orientações para o exercício da maternidade, assim como contribuições para o aperfeiçoamento da assistência multiprofissional na Unidade.

O trabalho, assim, é constituído por três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se o referencial teórico sob o qual este trabalho está ancorado, faz-se um breve percurso histórico das mulheres no cárcere, incluindo a experiência da maternidade no ambiente prisional e estudos empíricos encontrados na literatura. No segundo capítulo é descrito o percurso metodológico do estudo, em que são apresentados os

participantes, contexto e local da pesquisa, instrumentos e materiais, as considerações éticas e os procedimentos de coleta e análise dos dados. E o terceiro capítulo é composto pela apresentação dos resultados e discussão dos mesmos.

O NICHOS DESENVOLVIMENTAL

A psicologia do desenvolvimento busca a investigação dos processos do desenvolvimento tanto das estruturas e funções cognitivas como as transformações que ocorrem ao longo da vida do ser humano, a produção de conhecimento nessa área é de suma importância, principalmente para a elaboração de programas de intervenção, na prevenção e promoção de saúde. Traz também com ela a necessidade de teorias sistêmicas que possam responder novas perguntas que surgem na medida em que o escopo da psicologia do desenvolvimento se amplia.

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento humano foi escolhida como referência para o presente estudo a teoria do Nicho de Desenvolvimento, formulada por Harkness e Super (1986) influenciada por pesquisas transculturais de John e Beatrice Whiting (1975). Com o conceito de Nicho de Desenvolvimento foi possível um olhar a criança em seu contexto a partir de uma única análise, relacionando interfaces entre a criança e a cultura. O Nicho desenvolvimental é composto por três subsistemas: o primeiro é caracterizado pelo ambiente físico e social da criança. O segundo é caracterizado pelas práticas de cuidado e de criação destinadas a criança e que também são compartilhadas pela comunidade em que estão inseridas e o terceiro se refere à psicologia dos cuidadores, incluindo os valores e as crenças voltadas para a criança e o seu desenvolvimento. A criança estaria envolvida pelos subsistemas no centro do Nicho Desenvolvimental, se adaptando e influenciando esse meio da mesma forma que os subsistemas se adaptam e influenciam o indivíduo no seu desenvolvimento, estabelecendo um sistema dinâmico, em constante evolução e que é permeado pela cultura.

Em relação ao **ambiente físico e social** da criança, Harkness e Super (1986) concordam com B. Whiting (1980) que uma das formas mais poderosas da cultura influenciar

no desenvolvimento humano é a partir do ambiente físico e social da criança. No ambiente social se encontram pais e cuidadores que são vistos como formadores especiais de comportamentos sociais. Segall, Dasen, Berry e Poortinga (1999) citam que, no ambiente físico, é possível considerar o clima, nutrição, tamanho e organização do espaço de viver, além de verificar os perigos e oportunidades que fazem parte do contexto de desenvolvimento da criança. No ambiente social é considerada a estrutura familiar (nuclear, estendida...), a maternagem múltipla, se as crianças possuem cuidadoras, a proeminência do pai ou da mãe, tamanho do grupo de pares, idiomas falados, entre outros aspectos.

Super (1976) realizou uma pesquisa que mostrou como os aspectos do ambiente físico e social estariam relacionados a determinadas questões do desenvolvimento, assim como a relevância das práticas adotadas pelos cuidadores. Participaram da pesquisa 64 bebês e suas famílias de uma comunidade rural do Quênia. Seu objetivo foi investigar os aspectos relacionados com a precocidade de crianças africanas em relação ao seu desenvolvimento motor. Em seus resultados, foi possível verificar que os bebês quenianos adquiriram mais cedo habilidades motoras (como sentar e andar), quando comparados aos bebês americanos. Observou que estas habilidades eram ensinadas por suas mães e praticadas no decorrer das suas rotinas diárias. O estudo mostrou que 80% das mães quenianas ensinavam seus bebês a sentar, levantar e andar, o que pode explicar o fato de que, neles, tais habilidades estão mais avançadas do que nas americanas. Sintetizando a influência exercida nesse padrão específico de desenvolvimento motor, pode-se dizer que existe a relação com o ambiente físico e social das crianças, assim os estudos que se propõem a investigar o desenvolvimento infantil, precisam atentar para os contextos físico, social, histórico e cultural do indivíduo.

Outro elemento que também se configura enquanto contexto ecológico são as **práticas de cuidado**, subsistema que, de acordo com Harkness e Super (1986), sofre influência da cultura. Os cuidadores frequentemente apresentam comportamentos que estão integrados na

cultura maior, alguns deles tão enraizados que quem os pratica por vezes não reflete acerca do seu comportamento. Segall et al. (1999) exemplificam tipos de costumes e práticas dos cuidadores, como as formas de carregar (braços, lenços, berço...), posturas, rotinas de dormir, estimulações, planejamento de alimentação, brincadeiras e tarefas propostas, educação formal ou informal.

Harkness e Super (1992) reafirmam a importância das práticas parentais na saúde e desenvolvimento de um bebê, como o estudo realizado em Kokwet, localidade rural do Quênia. Foi observado que durante o dia, os bebês são presos junto ao corpo de suas mães, que os levam aonde forem. À noite, eles dormem em contato com elas e, quando mais velhos, em contato com outras crianças de suas famílias. Percebeu-se que esta prática de dormir ao lado da mãe nos primeiros meses de vida favoreceu a amamentação. Porém, a longo prazo, a prática influencia o padrão de sono noturno dos bebês. Normalmente os bebês ocidentais, por volta de seis semanas de vida, começam a se aproximar de um padrão de sono dia/noite, o que não era comum entre os bebês de Kokwet.

Martins, Vieira, Seidl de Moura e Macarini (2011), desenvolveram um estudo objetivando comparar crenças e práticas de cuidado de mães de cidades pequenas e capitais brasileiras. Participaram do estudo 307 mães de cidades pequenas e 299 de capitais, as quais responderam a uma escala que avalia cuidados primários e estimulação. Os resultados mostraram que as mães de cidades pequenas afirmaram realizar mais práticas de cuidado primário e mães das capitais valorizaram mais as práticas de estimulação. Provavelmente esse resultado teve relação com uma maior idade da criança e maior nível educacional das mães. Conclui-se que existem diferenças nas práticas de cuidado dependendo das variáveis sócio demográficas presentes em cada contexto assim como algumas crenças e práticas convergentes independente do lugar que as mães residiam.

Campos e Rodrigues (2015) descreveram e relacionaram o índice de depressão pós-parto apresentado por mães e as práticas e crenças sobre cuidado primário e estimulação com seus bebês. Foram 132 participantes, com indicação de depressão em 29,5% da amostra. Foi utilizada a "Escala de Edinburgh de Depressão Pós-Parto – EPDS" e a "Escala de crenças parentais e práticas de cuidado (E-CPPC) na primeira infância". Nos resultados verificou-se diferenças significativas nas práticas de estimulação entre os grupos clínicos e não clínicos. Conclui-se que mães deprimidas podem interagir e estimular menos seus bebês, influenciando dessa forma as práticas de cuidado iniciais, mostrando o valor significativo dos cuidadores e suas crenças parentais.

Silva e Magalhães (2011), realizaram um estudo com o objetivo de investigar as cognições parentais sobre práticas maternas em mães de dois contextos diferentes. Participaram da pesquisa 100 mães primíparas, sendo 50 de contexto urbano (Belém) e 50 de contexto não-urbano (Santa Bárbara). Foi utilizado o Questionário de Crenças sobre práticas maternas e os dados analisados de acordo com as categorias propostas pelos autores do instrumento. Os resultados indicaram similaridades e diferenças em relação as práticas exercidas. A similaridade relaciona-se as dimensões “responsividade e vínculo” e “disciplina” pois tanto as mães de Belém quanto as de Santa Bárbara atribuíram baixa nível de importância. As diferenças entre os grupos da amostra foram relacionadas as dimensões de “apresentação” e “estimulação”, visto que as mães de Belém em geral atribuíram alto nível de importância para essas práticas agrupadas em torno das dimensões ao passo que as mães de Santa Bárbara atribuíram nível de importância apenas mediano para as mesmas práticas. Estes resultados reafirmam os achados da literatura nacional que tem indicado que as mães brasileiras tendem a valorizar práticas relacionadas a estimulação, assim como a evidência dos efeitos de variáveis sócio demográficas e elementos culturais/ contextuais nas cognições parentais das mães de diferentes contextos.

Por fim, Harkness e Super (1986) apresentam a **psicologia dos cuidadores** sendo um subsistema que envolve principalmente as crenças e valores dos cuidadores, suas concepções de infância, desenvolvimento e educação, sendo estes aspectos norteadores de seus comportamentos os quais são influenciados pela cultura em que vivem. Esse subsistema considera as expectativas dos cuidadores em relação ao futuro da criança, seus desejos e anseios, assim como as características que desejam que os seus filhos tenham ao crescer. Os autores também citam o termo “Etnoteorias parentais” ou sistemas de crenças, para enfatizarem as crenças e valores sobre o desenvolvimento da criança e que podem interferir no processo de desenvolvimento infantil. Elas se desenvolvem e se organizam com base no contexto cultural e social. Segall et al. (1999) afirmaram que na psicologia dos cuidadores pode-se considerar a religião, conhecimento acerca dos marcos de desenvolvimento, os tipos de competências esperadas e definições de inteligência.

Pesquisas estão sendo desenvolvidas nessa área de conhecimento, como de Borges e Salomão (2015) que objetivou identificar as concepções de mães sobre desenvolvimento infantil e as metas de socialização para seus filhos em um contexto não urbano. A amostra foi composta por 30 mães de crianças na faixa etária entre seis e 36 meses. Utilizou-se uma entrevista semiestruturada analisada em categorias temáticas e um questionário sobre os dados sociodemográficos. Os resultados indicaram valorização de cuidados com a saúde, afetividade, educação e socialização da criança, concepções positivas em relação ao desenvolvimento de seus filhos. As metas mostraram um modelo autônomo relacional de socialização, com estratégias mais centradas na figura materna. Esses resultados foram analisados considerando o contexto não-urbano e sua perspectiva cultural do desenvolvimento infantil, visto que os resultados encontrados ressaltaram mudanças socioculturais (tamanho e a configuração da família, o nível de escolaridade) no contexto não urbano quando comparadas a décadas passadas.

Okada (2016) realizou um estudo em contexto de cárcere que teve por objetivo analisar as experiências de cuidados de mães com seus bebês. O local da pesquisa foi na Unidade Materno Infantil da Susipe, localizada em Ananindeua, região metropolitana de Belém do Pará. Participaram 10 mães com seus respectivos bebês. Foram coletados dados sócio demográficos a partir de um roteiro de entrevista e perguntas relacionadas a amamentação. Além disso, foi utilizado a Motherand Baby Scales (MABS) que avaliou a confiança da mãe na prestação de cuidados ao seu bebê. Os resultados mostraram adesão das mães ao aleitamento. Esse dado é relevante visto que a amamentação foi primordial para a vinculação da díade e para minimizar os possíveis danos provenientes do aprisionamento. Sobre a confiança sentida pelas mães, foi possível identificar que as mães que tinham mais idade mostraram mais segurança em cuidar dos seus filhos. Outro dado foi em relação as expectativas de futuro das mães para seus bebês, mostrando que as mães desejam aos seus filhos uma história de vida oposta a que viveram no cárcere e na criminalidade.

Ribas, Moura e Bornstein (2007) investigaram três tipos de cognições parentais (conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil e da criação de filhos, autopercepções parentais e atribuições de causalidade parentais) objetivando aumentar o conhecimento sobre cognições de mães brasileiras acerca da maternidade, comparar os resultados com os de estudos anteriores e investigar associações entre as cognições maternas e determinadas variáveis sócio demográficas. Participaram 66 mães primíparas, com idades acima de 18 anos. As mães responderam a versões brasileiras de quatro instrumentos (Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil, Autopercepção do Papel Parental, Questionário de Atribuições Parentais, Escala Marlowe-Crowne de Desejabilidade Social) e um questionário sócio demográfico. Nos resultados, as mães responderam corretamente a 63% das questões do instrumento que avaliou o conhecimento parental, indicando um nível razoável de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil. Verificou-se uma relação

positiva entre o conhecimento apresentado e as variáveis de escolaridade e condição sócio econômica das mães. Os achados foram consistentes com estudos nacionais e internacionais anteriores e contribuem para a compreensão das crenças parentais considerando-as como um sistema complexo e necessário de ser estudado. Pesquisas como essas citadas são relevantes e devem ser incentivadas pois enriquecem a área do desenvolvimento infantil.

Um dos instrumentos comuns e que pode ser utilizado para inferir as práticas de cuidado e a psicologia dos cuidadores é o inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI) que já foi utilizado por pesquisadores brasileiros em diversas capitais (Cruz, Cavalcante & Pedroso, 2014; Ribas, Moura & Bornstein, 2007; Silva, Vieira, Moura & Ribas, 2005) envolvendo mães de diferentes contextos.

Seidl de Moura et al. (2004) desenvolveram uma pesquisa que objetivava relacionar os conhecimentos das mães sobre desenvolvimento infantil utilizando o KIDI com as variáveis de nível socioeconômico das famílias, idade e escolaridade das mães, e idade e sexo dos bebês, além dos aspectos culturais envolvidos. Foram analisadas 405 mães primíparas de seis regiões brasileiras, com média de idade de 26 anos e filhos com até um ano de idade. O estudo mostrou que aspectos como escolaridade, local de residência das mães e idade dos bebês são essenciais na investigação de crenças parentais e conhecimento sobre desenvolvimento infantil.

Silva (2008) realizou um estudo que teve como objetivo investigar as crenças parentais de mães em dois contextos do estado Pará. Participaram 100 mães primíparas, 50 do contexto urbano e 50 do contexto não-urbano, para a obtenção dos dados foi utilizado um Questionário de Crenças sobre práticas maternas e a Entrevista sobre Metas de Socialização. Os resultados mostraram diferenças significativas em relação ao perfil das mães nos dois contextos, no que diz respeito as variáveis idade, nível de escolaridade, no valor dos escores na avaliação de práticas e níveis de fluência verbal nas respostas relacionadas a metas e

estratégias de socialização. Diferenças na ênfase das metas de *automaximização* e *bom comportamento* e nas dimensões individualista e sociocêntrica. Em relação as estratégias de socialização, as mães dos dois contextos deram ênfase as estratégias centradas no contexto, especialmente as mães urbanas. Por fim, os achados indicam que mães do contexto urbano em Belém apresentam crenças que se relacionam com o modelo autônomo-relacional. Tais resultados contribuem para a compreensão da influência do contexto e da escolaridade sobre as crenças parentais.

Os trabalhos citados mostram a evidente influência de variáveis sócio demográficas sobre as crenças parentais e o nível de conhecimento acerca do desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, considera-se que tais variáveis sejam investigadas nas pesquisas que focam no tema das crenças parentais para uma melhor compreensão das influências sócio demográficas, contextuais e culturais nos conhecimentos e crenças parentais. Ao considerar os subsistemas do nicho de desenvolvimento como reciprocamente influenciados (Harkness e Super, 1992), as pesquisas devem buscar entender essa mutua influência entre ambiente (físico e social), crenças e práticas parentais adotadas.

Kobarg e Vieira (2008) investigaram a correlação entre as crenças e práticas de cuidado materno em dois contextos diferentes, rural e urbano, localizados no município de Itajaí-Santa Catarina. Participaram 77 mães ao total, sendo 40 mães de zona urbana (20 com nível de escolaridade fundamental incompleto e 20 com nível superior) e 37 mães da zona rural (não houve divisão por escolaridade). As mães selecionadas tinham pelo menos um filho na idade de 0 a 3 anos. Os dados sócios demográficos foram coletados a partir de uma ficha de informações sobre a família, as crenças e práticas maternas pelo “Inventário de crenças parentais sobre crianças e bebês”. Os resultados mostraram que as mães da zona urbana, com maior escolarização, valorizaram mais o fator estimulação dos filhos (expor o filho a diferentes estímulos) e as mães da zona urbana e zona rural com baixa escolarização

valorizaram mais a apresentação apropriada do bebê em público e o fator disciplina. Esses resultados sugerem que crenças e práticas de cuidado materno apresentam configurações diferentes em função do contexto em que as mães residem.

Pereira, Sacconi e Valentini (2016) investigaram longitudinalmente relações entre desenvolvimento motor e cognitivo, aspectos biológicos, práticas maternas, conhecimento parental e ambiente familiar de bebês. Participaram da pesquisa 49 bebês (3-16 meses) avaliados em relação a práticas parentais (Daily Activities of Infant Scale), desenvolvimento motor (Alberta Infant Motor Scale), a cognição (Escala Mental da Bayley Scale of Infant Development), as oportunidades de desenvolvimento no domicílio (Affordances no Ambiente Domiciliar para o Desenvolvimento Motor - Escala Bebê) e os conhecimentos sobre desenvolvimento infantil (Inventário sobre Conhecimento do Desenvolvimento Infantil-KIDI). Foram 4 meses de avaliações nas escolas. Os resultados mostraram que os desenvolvimentos motores e cognitivos se mostraram interdependentes e fatores ambientais se mostraram mais significativos nas associações em detrimento dos biológicos, ressaltando assim a importância do ambiente, do cuidado dos pais e das experiências que a criança possui nos primeiros anos de vida.

Identifica-se nos estudos revisados por esta pesquisa a importância dada às relações interpessoais que estão em um determinado ambiente, assim como o papel do cuidador, considerados como elementos de incontestável influência ao desenvolvimento infantil. Este estudo se propôs, a pensar o cárcere como um contexto de desenvolvimento que pode ser analisado utilizando-se o modelo do Nicho Desenvolvimental que nos fornece subsídios para estudar o desenvolvimento do bebê, assim como nos possibilita compreender a realidade de forma ampla e contextualizada, considerando aspectos particulares de cada indivíduo. Essas informações fomentam intervenções diretas que proporcionarão um ambiente de cuidado mais promotor de desenvolvimento, uma vez que a criança que vive naquele

ambiente continua em seu processo desenvolvimental. Neste sentido, cabe iniciar o tema por uma reflexão sobre os aspectos históricos de mulheres no cárcere, compreendendo este como um contexto de cuidado quando consideradas as mulheres grávidas e puérperas que estão custodiadas no ambiente prisional.

O CÁRCERE COMO NICHOS DE DESENVOLVIMENTO

Ambiente Físico e Social do Cárcere

Em se tratando de aspectos ambientais e sociais que influenciam o desenvolvimento humano, é relevante descrever como esse ambiente prisional foi e está sendo constituído e de que formas as relações interpessoais acontecem.

As primeiras mulheres infratoras e seus referentes tipos de crimes surgiram no século XI, a maioria relacionada à bruxaria e à prostituição. Esses crimes discordavam do papel pré-determinado à mulher ideal, de mãe de família e esposa submissa. Nesse contexto surgem as casas de Controvertidas ou Arrependidas, instituições específicas para mulheres destinadas à reintegração social. Pode-se afirmar que ao longo dos anos o mundo feminino e suas condutas foram diretamente relacionados à sexualidade e ao mundo privado (Buglione, 1998).

Sobre a origem das prisões femininas no Brasil, Rita (2006) ressalta que ainda houve a vinculação histórica do discurso moral e religioso nas diversas formas de aprisionamento da mulher. A gestão prisional da primeira penitenciária feminina brasileira do antigo Distrito Federal, por exemplo, tinha a intenção de domesticar as mulheres, vigiar sua sexualidade e transformar “mulheres pecadoras e criminosas” em “mulheres perfeitas”, relacionando a mulher ao mundo doméstico, caridoso, pacífico e dócil. O projeto declinou perante a crescente violência e falta de disciplina. Assim pode-se dizer que durante a história das prisões femininas brasileiras foi reproduzida uma discriminação da mulher, em que suas transgressões recaem tanto no sistema punitivo de controle e poder como da representação social do seu papel de mulher, gerando assim uma dupla discriminação: por ser criminosa e por ser mulher.

Rita (2006) relembra que a prisão reflete a discriminação, desigualdade e seletividade do sistema de justiça penal, pune os mais vulneráveis social e economicamente, as mulheres

encontram-se nesse contexto pois apesar das conquistas e direitos do século XX, ainda são evidentes as disparidades que envolvem o segmento feminino. Essas mulheres estão em um plano institucional voltado para homens, que é reconhecidamente falido em termos de reintegração social, além das estruturas arquitetônicas serem improvisadas para as mulheres visto que as estruturas originais foram feitas para os homens.

Sobre a inadequação arquitetônica dos ambientes prisionais, pode-se citar a pesquisa realizada pela Pastoral Carcerária em que levantou dados de penitenciárias do Brasil e suas respectivas origens, e verificou que no estado do Pará, por exemplo, o lugar ainda mantém as mesmas instalações e estruturas arquitetônicas da época de sua construção em que era um antigo Centro de Reeducação de Menores. A Penitenciária Feminina do Distrito Federal também era um Centro de Menores Infratores que precisou ser adaptado em 1997 para receber mulheres, contando hoje com duas alas, uma para as presas sentenciadas e outra para as presas provisórias. Em São Paulo, a antiga Penitenciária do Estado que inicialmente foi construída em 1929 e projetada para os homens, foi desativada e “reformada” para que em dezembro de 2005 fosse inaugurada como Penitenciária Feminina de Sant’Ana.

De acordo com o CEJIL (2007) poucas unidades prisionais foram identificadas como tendo sido originalmente construídas para atenderem as demandas das mulheres. Para tais fins foram construídas a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, localizada no Rio Grande do Sul (onde há encarceramento separado das sentenciadas e não sentenciadas); O Conjunto Penal Feminino, na Bahia (não há divisão entre condenadas e presas provisórias) e a Penitenciária Feminina do Amapá construída em setembro de 2005 (encarceramento separado de sentenciadas e presas provisórias).

Nessas penitenciárias adaptadas é possível identificar problemas que as mulheres passam e que são similares aos dos homens, como: precariedade das condições de habitualidade, inexpressiva assistência jurídica e material, falta de manutenção da estrutura

física e pouca oferta de atividades educacionais, laborativas e de cursos profissionalizantes. A precariedade nas condições físicas das unidades prisionais influenciam tanto na saúde física quanto psicológica das mulheres, lugar que pode dificultar a cura da depressão, melancolia, angústia ou pânico (CEJIL, 2007; Rita, 2006).

Bitencourt (1991) cita as atitudes explosivas que podem ocorrer (um estado de irritação que pode chegar a acessos de delírios) e estados de angústia (com alucinações e atitudes paranoicas). O autor comenta que ao contrário do que se pensa acerca das mulheres, elas não só reagem de forma mais negativa ao confinamento, como também procuram amenizar suas perdas e sofrimentos por meio de uma maior ingestão de drogas psicoterápicas, além de protestar de forma mais eloquente sobre suas dores, perdas e desacordos junto aos funcionários e diretores de estabelecimentos penais.

O relatório do CEJIL (2007) enfatiza também que as mulheres custodiadas que apresentam problemas psiquiátricos não recebem tratamento adequado para sua situação, diante disso, elas precisam conviver no meio da população geral e sem outro tipo de acompanhamento necessário. Também pode ocorrer de serem isoladas por não conseguirem seguir as regras exigidas tanto da unidade quanto das outras mulheres custodiadas, esse isolamento gera consequências danosas na saúde mental das mulheres, apresentando mais dificuldades que os homens de permanecerem isoladas por longos períodos.

Braga e Angotti (2015) fizeram um levantamento que possibilitou constatar o crescimento da população feminina nos ambientes prisionais como no ano de 2012, em que as mulheres eram 35.072 do total de 548.003 pessoas presas, o que equivale a 6,4% da população prisional do país. Um número que cresce de forma significativa a cada ano, como entre 2008 e 2011 que o crescimento foi de 27% na região Norte, 28% no Sul, 28% no Nordeste, 8% no Sudeste e 9% no Centro-Oeste. Chegou a superar o crescimento da população carcerária masculina, como entre 2000 e 2012 em que o crescimento da população

masculina foi de 130% e a feminina de 246%. As autoras também traçaram o perfil dessa população, e concluíram que a maioria das mulheres tem idade entre 20 a 35 anos, de baixa renda, chefe de família, possui em média mais de dois filhos menores, sua escolaridade é baixa e sua conduta delituosa é a de menor gravidade, com crime relacionado ao tráfico de drogas ou contra o patrimônio, inclusive as grávidas e puérperas custodiadas nas unidades femininas.

Além do crescente aumento de mulheres custodiadas no Brasil, soma-se a visível presença de gestantes nos ambientes prisionais brasileiros. Estes últimos possuem diferentes critérios de atendimento as necessidades básicas dessas mulheres, chegando a não conseguir suprir as determinações previstas em lei (Santos, 2011).

Simas, Ventura, Baptista e Larouzé (2015), fizeram um levantamento das decisões judiciais que envolviam mulheres presas e seus filhos nascidos em contexto de cárcere. A pesquisa foi realizada utilizando os bancos de dados do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso, no período de 2002 a 2012. Das 3.720 ementas identificadas a partir de descritores específicos, foram selecionados apenas 122 documentos relativos ao objeto da pesquisa. Diante disso, os autores ressaltam a invisibilidade do tema na instância judicial nesse período pesquisado. Destacaram-se também os pedidos de prisão domiciliar e de liberdade provisória, que em sua maioria foram indeferidos. A questão do tráfico como crime hediondo também foi abordado, e a impossibilidade de se cumprir os direitos dos bebês devido ao predomínio do discurso da garantia da ordem e segurança pública.

Braga e Angotti (2015) realizaram uma pesquisa empírica de âmbito nacional, buscando analisar o fenômeno da gravidez e o exercício da maternidade dentro de prisões em diferentes Estados. Durante nove meses, coletaram informações através de aproximadamente 50 entrevistas e conversas informais, visitaram os estabelecimentos prisionais, creches e

unidades materno-infantis em seis estados brasileiros e na Argentina. Os resultados mostraram o descaso vivenciado pelas mães custodiadas, tanto em relação a sua saúde e do seu bebê, quanto de sua situação jurídica. As autoras afirmam que existe o descaso do juiz/juíza tanto em relação à gravidez quanto da situação do processo da presa, além do desconhecimento das mesmas em relação ao seu processo da guarda. Muitas vezes não foram intimadas e/ou levadas para suas próprias audiências cíveis enquanto estavam na prisão. Também citam que a subjetividade da mãe por vezes é diminuída ao seu crime, de forma que estar na categoria de criminosa já bastava para deslegitimá-la como boa mãe. Uma sobrevivência com dignidade depende de alimentação, cuidados, assistência material e afetiva. Mas, para isso, é preciso a elaboração e principalmente, a implementação de políticas que olhem para a questão da permanência do bebê com a sua mãe, sempre com a garantia dos direitos dessas mulheres e seus filhos.

Souza e Ferreira (2012) em seu estudo sócio jurídico sobre a maternidade nas prisões, realizaram uma observação direta do que era vivenciado pelas mulheres custodiadas no pavilhão feminino do Complexo Penal Dr. João Chaves da cidade de Natal/RN e apresentaram informações relevantes, tais como o grave acesso à saúde, a falta de acompanhamento gestacional das grávidas e de orientação nutricional. Além disso, não faziam exames ginecológicos, preventivos contra o câncer, mamografias, nem outros exames indispensáveis à boa saúde da mulher-mãe. E assim como já foi citado no CEJIL (2007), há também a ausência de viaturas, que impossibilita o transporte em situações necessárias e urgentes.

CEJIL (2007) relata que as mães grávidas sofrem mais com o descumprimento das normas constitucionais, como não ter garantido o seu direito à assistência médica especializada durante o período gestacional. Devido essa ausência de atendimento, alguns exames laboratoriais ou de imagem não são realizados, pondo em risco a saúde da mulher e

do feto, inclusive de contaminação em casos de doenças sexualmente transmissíveis. Os berçários, não são apropriados para acomodarem as mães e seus bebês durante o pós-parto, tanto nas unidades prisionais quanto nas cadeias públicas. Além disso, não aumentaram o número de funcionários apesar do crescente aumento da população prisional, logo, faltam carcereiros para cumprir qualquer diligência ou até mesmo viaturas para o transporte ao pronto socorro quando é preciso. Entre uma consulta de pré-natal ou emergência de saúde e uma audiência no fórum, a consulta de pré-natal não será realizada. É devido a negligência e descaso do Estado no cumprimento de seus deveres que há a violação de direitos em diversas áreas, sendo que essas mulheres deveriam sofrer limitações apenas no seu direito de ir e vir, e a realidade nos mostra que elas são prejudicadas em direitos que não deveriam ser afetados.

O âmbito social inclui as relações das mães custodiadas entre si, com seus familiares e com os profissionais da instituição. O crescimento de mulheres nos sistemas prisionais, nos permite refletir sobre as consequências geradas para elas e suas famílias. Buglione (1998) descreve algumas ocorrências como a perda referencial materna pelos filhos de mães presas (considerando ainda que a maioria dos casos a figura do pai é ausente); há a piora da situação financeira da família pois na maioria das vezes a mãe era a “chefe da família”, o encarceramento gera problemas de relacionamento com os filhos e com a família, às vezes devido a distância da unidade prisional que se localiza na capital longe de onde os familiares estão, e que por não terem condições financeiras suficientes vão poucas ou nenhuma vez visitar as internas.

Além disso, há casos em que a família não aceita as regras para fazer a visita, ou não aceita passar pelo constrangimento da revista vexatória que por vezes é considerada extremamente humilhante, visto que em algumas unidades se exige que as roupas sejam totalmente retiradas, os órgãos genitais manipulados e até revistados, além da obrigação de realizar vários agachamentos, independentemente da idade avançada do(a) visitante.

Ainda sobre o encarceramento dessas mulheres e a realidade que vivem, a maioria se declara solteira, provavelmente devido ao abandono dos seus companheiros, que frequentemente estabelecem novas relações afetivas no mundo externo. Essa interrupção nas relações interpessoais é evidenciada nas unidades prisionais femininas, diferente do que se é observado nas unidades masculinas. Tal situação é constatada nos dias de visita em que é possível avistar filas extensas de mulheres e crianças para visitarem os homens e filas reduzidas para as mulheres (Lima, Pereira Neto, Amarante, Dias, & Ferreira Filha, 2013; CEJIL, 2007).

Buglione (1998) destaca que a mulher encarcerada é desestimulada em sua vida sexual face a burocratização para o acesso à visita conjugal. O mesmo é confirmado por Rita (2006), que afirma que em muitas unidades prisionais femininas o direito sexual é visto como uma regalia, e quando permitida, é realizada dentro de um rigoroso sistema de normas e critérios com traços bastante excludentes, enquanto se sabe que na prisão masculina tal procedimento é informal, mais operativo e aceitável moralmente.

Lima, et al. (2013) reafirmam que as mulheres grávidas ou puérperas nas unidades prisionais também sofrem com o abandono dos pais do bebê, geralmente por este também estar em situação privativa de liberdade, estarem foragidos ou simplesmente por não reconhecerem a paternidade dos seus filhos. Ficando a maioria destes sob a guarda dos avós, sobretudo maternos. Diante disso, pode-se observar como a dinâmica de várias vidas são afetadas quando uma mulher está presa.

Pesquisas importantes voltadas para a família da mãe custodiada, estão sendo realizadas, elas são relevantes pois chamam atenção para a necessidade do acompanhamento dessas famílias. Pereira (2016), por exemplo, objetivou discutir as estratégias e os caminhos adotados por familiares de mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) para a obtenção de direitos e o acesso às políticas públicas. Seus dados ressaltaram a

frustração e a dificuldade vivida para a obtenção de direitos e como as tentativas se tornaram rotina na vida das famílias. Existiram relatos relacionados a negação nas políticas de transferência de renda e dificuldades com o sistema jurídico, tais como as longas listas de advogados e defensores públicos e a resolução quase nunca chega. Por vezes, pagam um advogado particular e ainda assim relatam não receberem o retorno esperado. Logo, conclui-se uma forte “narrativa do cansaço” trazida por esta população que não tem seus direitos atendidos, isso nos aponta para a necessidade de pensar práticas intersetoriais de garantia de acesso à serviços e conseqüentemente promover saúde para as mulheres custodiadas.

Stella (2009) realizou um estudo com o objetivo de refletir sobre o impacto do aprisionamento materno na vida escolar dos filhos, buscando a resposta diretamente dos que enfrentaram a separação materna pela prisão. Conclui que a família, principalmente os filhos, podem ficar em situação de vulnerabilidade diante de uma prisão materna, e isso reflete em sua socialização na escola pois ela pode estar emocionalmente tão envolvida com questões de ordem familiar que apresenta pouca disponibilidade e energia para o seu processo de aprendizagem; outra possibilidade é a ausência de um acompanhamento sistemático do seu desenvolvimento escolar, já que talvez não possua um adulto significativo que apoie e valorize sua escolarização. Logo, apesar da mãe ter sido culpada pelo seu crime cometido, a punição chega também aos seus filhos e provavelmente em seus percursos escolares.

Diante disso, questiona-se como as mães custodiadas exercem seu papel maternal apesar do seu afastamento? Granja, Cunha e Machado (2013), buscaram responder a esse questionamento analisando as narrativas de pais e mães reclusas e as formas alternativas de exercício da paternidade e maternidade no contexto prisional. Os dados sugerem que as diferenças e desigualdades de gênero se materializam, antes e durante a reclusão, em diferentes cenários de envolvimento para mães e pais com percursos desviantes. Por exemplo, os pais que antes eram afastados de seus filhos (seja por pressões vividas que limitavam o

desempenho do seu papel paterno), reinvestem na relação com eles, passando a privilegiar o envolvimento emocional com as crianças, em detrimento do afastamento que protagonizavam no exterior. Com as mães existe o obstáculo da reconstrução relacional com os/as filhos/as, após as mulheres se inscreverem em uma lógica desviante, caracterizada pela exoneração de responsabilidades. Passam a ser rotuladas como inaptas e impedidas de reinvestir no envolvimento com as crianças. As mulheres que antes da reclusão tinham um papel ativo nos cuidados infantis, procuram construir formas alternativas de parentalidade na prisão, prevenindo a diluição do seu papel. Seja homem ou mulher, é clara a influência de uma prisão no ambiente familiar.

Além das reflexões e pesquisas apresentadas sobre o período da gestação e puerpério, também é válido ressaltar o que vem depois, o futuro da criança. Sabe-se que em algum momento a mãe precisará entregar o seu filho para alguém, esse processo precisa acontecer de forma cautelosa visando o cumprimento das leis e o bem estar do bebê. Costa e Barbosa (2010) afirmam a importância da análise crítica de como é configurada a família das mães, como se dá o fortalecimento dos seus vínculos e principalmente, como as mesmas são compreendidas enquanto *família* pelo Estado. Deve-se estar atento para os laços afetivos das mães e suas escolhas de quem será o responsável legal pela criança. É importante considerar as redes familiares que estão para além do parentesco consanguíneo, pois podem ser relações de proteção e afetividade importantes para o processo de desligamento da mãe e seu bebê, e que devem ser consideradas pelos profissionais envolvidos. Quando essas relações não são consideradas, a autonomia e garantia de direitos da mulher e da criança podem ficar comprometidas.

Atualmente Braga e Angotti (2015) salientam que as mulheres estão ganhando visibilidade em políticas e pesquisas. As autoras mencionam a criação do “Grupo de Trabalho Interministerial sobre mulheres presas e egressas”, instituído pela portaria nº 885, de 22 de

maio de 2012, do Ministério da Justiça; assim como a “Política Nacional de Mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do Sistema Prisional”, instituída pela portaria Interministerial nº 210 de 16 de Janeiro de 2014. Porém, é válido ressaltar que o cumprimento das leis que estão sendo criadas ainda está apresentando déficits na sua execução, para alcançar e conduzir de maneira eficaz as políticas públicas nessa área é preciso o conhecimento da situação das mulheres custodiadas no Brasil, e o documento do CEJIL (2007) nos mostra que não há um acompanhamento constante dessa população, o que impossibilita, muitas vezes, o diagnóstico dos problemas a serem combatidos e o mais importante, as estratégias de intervenção mais adequadas.

Crenças e Conhecimentos das mães em situação de privação de liberdade

Analisar as crenças e os conhecimentos que as mães custodiadas tem sobre o desenvolvimento infantil possibilitará compreender o que elas pensam sobre a maternidade, especialmente no contexto de cárcere, e o quanto isso se traduz em comportamentos facilitadores ou não do desenvolvimento infantil. Pesquisas estão sendo realizadas buscando investigar esse contexto e a maneira que as mulheres/mães lidam com a situação de privação de liberdade.

Lima, et al. (2013) buscaram em sua pesquisa, ouvir as mulheres e suas formas de vivenciar o cárcere e as estratégias de enfrentamento que elaboraram, e concluíram que visando sua sobrevivência, adaptação e superação, elas desenvolveram mecanismos de resiliência baseados em Deus, no trabalho, no amor pelos filhos, das companheiras de cárcere e na esperança da liberdade. São esses mecanismos que servem como suportes emocionais e sociais para a superação das experiências sofridas durante o confinamento.

Ireland e Lucena (2013) trouxeram uma outra perspectiva acerca da vivência no ambiente prisional, pois buscaram compreender a relação entre as aprendizagens ao longo da

vida de mulheres custodiadas e as motivações/circunstâncias de vida que as levaram a cometer prática(s) delituosa(s). Focaram principalmente nas aprendizagens geradas no contexto da prisão. Em suas conclusões, foi constatado que o aprender a conviver, para essas mulheres, é uma condição indispensável para sobreviver na prisão. Assim, nesse ambiente é necessário adquirir habilidades para lidar com os outros e desenvolver o respeito com aqueles (as) com quem passam a conviver.

Mello (2014) dedicou-se a comparação das percepções das vivências e os significados da maternidade para as mulheres reclusas com seus filhos em uma penitenciária no Rio Grande do Sul/Brasil e outra em Lisboa/ Portugal. Em seus resultados, observou que apesar dos contextos culturais diferentes, existiram categorias similares quanto ao significado da maternidade. As questões que se destacaram nas entrevistas foram os fatores protetivos e fatores de risco do aprisionamento para a mãe e para a criança; a constatação do ambiente hostil; a impotência em exercer a maternidade; a mudança na identidade materna *versus* a maternidade idealizada; o estabelecimento de um vínculo mais estreito com o filho; a suavização do aprisionamento; e, a ambivalência frente ao temor da separação *versus* bem estar do filho. Já as diferenças são descritas nas seguintes categorias: a influência do aprisionamento do filho; o sentimento de culpabilidade e as estratégias utilizadas (contenção *versus* atenuação). Por fim, nas duas situações o aprisionamento acaba estendendo-se aos filhos, que passam por privações e efeitos do aprisionamento.

Oliveira, Costa e Miranda (2015) também realizaram uma pesquisa buscando compreender o significado da maternidade para as mães custodiadas. O estudo foi de cunho descritivo com abordagem qualitativa. Participaram 17 mulheres reclusas no Sistema Penitenciário do Estado da Paraíba/Brasil. Resultados identificaram que o significado da maternidade associou-se ao cumprimento da função social imposta ao feminino, ou seja, quando se tornaram mães, sentiram-se de fato mulheres, apesar do ambiente ser prisional, elas

percebem a maternidade como uma ‘benção divina’, responsável por favorecer transformações em suas vidas.

Práticas de cuidado das mães custodiadas

No que concerne as práticas de cuidado adotadas pelas mães, deve-se considerar as limitações impostas pelo próprio ambiente que podem ou não possibilitar práticas adequadas e facilitadoras do desenvolvimento infantil.

Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez e Larouzé (2016) realizaram um estudo que investigou as condições e práticas relacionadas à atenção à gestação e ao parto durante o encarceramento. O presente estudo é uma análise de série de casos proveniente de um censo nacional realizado entre Agosto de 2012 e Janeiro de 2014 nas unidades prisionais femininas que abrigavam mães vivendo com seus filhos, localizadas nas capitais e regiões metropolitanas de 24 estados brasileiros e no Distrito Federal. A população incluída nesta análise foi de 241 mães, sendo 45% com menos de 25 anos de idade, 57% de cor parda, 53% com menos de oito anos de estudo e 83% multíparas. No momento da prisão, 89% das mulheres já estavam grávidas e dois terços não desejou a gravidez atual. Foram utilizados quatro instrumentos: entrevistas estruturadas com as gestantes e as mães nas unidades prisionais; coleta de dados do prontuário hospitalar da puérpera e do recém-nascido por ocasião do parto; entrevista com gestores locais sobre a estrutura da unidade prisional e fotografias dos cartões de pré-natal das gestantes/ mães e da caderneta de saúde da criança. Os dados foram coletados em formulários eletrônicos previamente preparados com programas desenvolvidos para o registro das informações e posterior exportação dos dados. Seus resultados corroboram com as de outras pesquisas relacionadas ao nascer no cárcere, apontou dados como uma assistência de pré-natal tardia e inadequada quanto ao número de consultas, a existência de violência vivida pelas mulheres na maternidade, pouco suporte social/familiar

no período da gestação, do pré-parto, parto e puerpério. Das visitas durante o parto, os avós foram os mais presentes, dado que se repete nos estudos dos Estados Unidos. O pai pouco visita, geralmente esta ausência ocorre porque o pai também está preso. Durante o parto, foi baixíssimo o número de mulheres que tiveram um acompanhante, além do fato dos seus familiares não serem avisados sobre o início do trabalho de parto. Essa pesquisa reafirma a importância de se rever a forma da assistência ao parto as mães custodiadas, pois ainda há falhas em alguns aspectos, tanto quanto ao direito da mulher quanto de sua família. Reformulando essas questões é possível proporcionar um parto mais respeitoso, privativo e humanizado.

A prática do aleitamento materno em contexto de cárcere também deve ser objeto de pesquisa, visto que é um ato que vislumbra diversos aspectos positivos para a mãe e o bebê, e seu cumprimento deve ser efetivo. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 2010, aprovou as regras mínimas para tratamento da mulher presa e medidas não privativas de liberdade para as mulheres em conflito com a lei, as chamadas Regras de Bangkok. Sua contribuição quanto ao assunto da amamentação garante que: “Mulheres presas não deverão ser desestimuladas a amamentar seus filhos, salvo se houver razões de saúde específicas para tal” (Regra nº 48 – Bangkok). Sobre a amamentação pode-se considerar da Constituição Federal a seguinte garantia: “Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação” (Art. 5º, inciso L, CF). Sobre o Estatuto da Criança e Adolescente: “O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade” (Art. 9º do ECA). Por fim, a Lei de Execução Penal que afirma: “Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade” (Art. 83, 2º LEP).

É indiscutível que a amamentação é um direito da mãe e da criança, seu cumprimento precisa ser assegurado, principalmente pela unidade prisional que deverá priorizar o leite materno, evitando o incentivo a complementação alimentar do/a recém-nascido/a durante os seis primeiros meses de vida. O leite materno só poderá ser substituído em casos excepcionais. Em relação ao período de amamentação, indica-se o critério do Ministério da Saúde de amamentar até dois anos, e o leite materno de forma exclusiva até os seis meses de idade da criança. Vale ressaltar que o bebê deverá permanecer com a mãe no berçário, pelo mesmo período independentemente de haver a impossibilidade de amamentação (Brasil, 2007).

Rios e Silva (2010) e Ribeiro et al. (2013) afirmam que apesar da amamentação ser uma realidade nesses contextos, ainda existem transtornos quanto a promoção desta, como nos presídios de São Paulo que apesar dos profissionais reconhecerem a importância do amamentar na vida das crianças, o cumprimento da lei e das recomendações da OMS/UNICEF, que preveem o mínimo de seis meses para a amamentação exclusiva, não é cumprida nesses locais, visto que é restrita a quatro meses, ao término desse prazo, o bebê é retirado da mãe e entregue a um responsável ou a instituições que acolhem crianças.

Apesar disso, Rios e Silva (2010) e Ribeiro et al. (2013) identificaram que as mães custodiadas reconhecem os benefícios da amamentação, consideram como um momento único e divino, especialmente por não poderem ficar muito tempo com seus filhos. As mulheres sentem confiança e orgulho durante o ato de amamentar, reconhecem que é um momento de fortalecimento do vínculo entre mãe e filho e acreditam estar oferecendo o que há de melhor para o desenvolvimento sadio de seus bebês. Também foi possível perceber nos dois estudos que a maioria das mães custodiadas reconhecem a amamentação como um direito, porém, não possuem conhecimento de nenhuma lei que possa lhe garantir o seu efetivo cumprimento.

Resultados parecidos foram observados no estudo de Dalmácio, Cruz e Cavalcante (2014) que teve como objetivo discutir o direito à amamentação e as estratégias pensadas para a sua efetivação no contexto do cárcere. Foram entrevistadas 13 mulheres grávidas e puérperas na faixa etária de 21 a 30 anos. O instrumento utilizado visou investigar o que as participantes conheciam sobre a amamentação e sua importância para o desenvolvimento infantil, e sobre o seu direito à amamentação no cárcere. Assim como nas pesquisas acima citadas, os resultados apontaram que as mães e gestantes demonstraram conhecer pouco sobre seus direitos e a possibilidade de poder amamentar seus filhos no ambiente prisional apesar de reconhecerem a importância e os benefícios que essa prática traz para o desenvolvimento infantil. Logo, é evidenciada a importância das mães receberem informações sobre a garantia do direito à amamentação, assim como a sua importância e os cuidados que devem tomar para que isso aconteça.

De acordo com Silva, Luz e Cecchetto (2011) as mulheres custodiadas que possuem filhos são mais propensas a sintomas depressivos do que as que não possuem, provavelmente por se sentirem culpadas por não poderem cuidar dos filhos da forma que desejam, logo são impedidas de prestigiar o cuidado de seus filhos, por meio do acompanhamento a consultas de rotina das crianças, vacinação etc. Apesar das dificuldades, os autores afirmam que o cuidar da criança suaviza a pena da mulher. O amor materno é construído e conquistado aos poucos dentro da prisão, junto a isso, as mães demonstram preocupação sobre o aleitamento materno, alimentação adequada e saúde materno-infantil, principalmente ao refletirem sobre a ineficiência do serviço oferecido na prisão.

Levando em consideração todos os aspectos levantados até aqui, tem-se que estes três componentes (ambiente físico e social, psicologia dos cuidadores e as práticas de cuidado) permeiam o desenvolvimento dos bebês da UMI, estes estão em constante relação e devem ser explorados para que as possibilidades de facilitação do desenvolvimento sejam

eficazes, principalmente em ambientes prisionais, que são espaços de convivência com novas possibilidades de interação e aprendizagens.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar o contexto da Unidade Materno Infantil à luz do modelo teórico do Nicho desenvolvimental.

Objetivos Específicos

- Caracterizar o perfil sócio demográfico das participantes e seus bebês;
- Identificar características do ambiente físico e social a partir de elementos informados pela rotina da unidade;
- Aferir conhecimentos e as práticas de mães custodiadas acerca do desenvolvimento infantil;
- Examinar possíveis relações entre o conhecimento infantil das mães e suas práticas de cuidado com suas variáveis sócio demográficas.

MÉTODO

Delineamento da Pesquisa

Este estudo consistiu em uma pesquisa descritiva de abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa.

Participantes

A pesquisa envolveu 16 mães custodiadas na Unidade Materno Infantil da SUSIPE, no período de 2015 a 2016. As mães foram selecionadas por conveniência e atenderam os seguintes critérios de inclusão: 1 – Estavam amamentando o bebê (seio ou mamadeira), 2- Serem múltiparas e aceitaram participar do estudo. Como critérios de exclusão, foram utilizados: 1 - Serem portadoras de doenças infectocontagiosas ou mentais diagnosticadas.

Contexto da pesquisa

O estudo foi realizado na Unidade Materno Infantil (Apêndice A), que pertence ao Centro de Recuperação Feminino (CRF) e está localizada no município de Ananindeua. A unidade é coordenada pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). Foi inaugurada em março de 2013 e é a primeira da Região Norte a acolher internas grávidas a partir do sexto mês de gravidez, permanecendo na Unidade até a criança completar 12 meses.

Ambiente da coleta

Os dados foram coletados no refeitório, área em que as mães realizam as refeições e que também é utilizado para visitas dos familiares. O local é arejado, com mesas e bancos disponíveis (ver Figura 1).



Figura 1: Refeitório/ Espaço para receber visitas

Instrumentos e materiais

Roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B)

Criado pela pesquisadora, objetiva levantar informações para descrever o perfil das mães e seus bebês. O roteiro é composto por 13 perguntas que contemplam dados sócio demográficos (nome, idade, escolaridade, estado civil), situação jurídica (provisória ou sentenciada) e dados do bebê (idade do bebê no dia da entrevista).

Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI) (Apêndice C)

O inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI, *Knowledge of Infant Development Inventory*), foi um instrumento elaborado por Macphee (1981). No Brasil, foi traduzido e adaptado por Ribas, Seidl de Moura, Gomes e Soares (2000). O instrumento avalia a proporção de conhecimentos considerados corretos, relacionados aos períodos mais prováveis para aquisição de determinadas habilidades pela criança, como as motoras, perceptuais e cognitivas; fatores relacionados ao desenvolvimento, práticas parentais, além de cuidados adequados com a alimentação, higiene e segurança.

Constituído por 75 questões de múltipla escolha, porém as formas de responder variam dependendo da fase do questionário. Na primeira fase o responder da mãe envolve avaliar de concordo, discordo ou não estou certa conforme a assertiva dada; na segunda fase as respostas de escolha são: concordo, mais jovem, mais velho, e não estou certo; e na terceira fase as resposta devem ser escolhida em uma das opções: a,b,c,d, e e não tenho certeza. O instrumento se divide em quatro categorias, assim definidas por Macphee (1981): práticas parentais (14 itens), normas e marcos do desenvolvimento (32 itens), princípios (17 itens) e saúde (12 itens).

Na categoria de Práticas Parentais estão relacionadas questões sobre crenças, estratégias e comportamentos dos pais, habilidade da criança através de ensino ou modelagem e a responsabilidade de se tornarem pais. A categoria Normas e Marcos do Desenvolvimento descrevem o conhecimento das mães sobre períodos mais prováveis para a aquisição de habilidades motoras, perceptuais e cognitivas da criança. Com relação à categoria Princípios, estão incluídas informações sobre o processo de desenvolvimento (evidências) e descrição de habilidades. E, por fim, a categoria Saúde aborda questões sobre a nutrição apropriada à criança e cuidados com a saúde, prevenção de acidentes e a identificação de alimentos adequados para determinadas faixas etárias e tratamentos para eventuais doenças.

Folha de registro das respostas do Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI) (Apêndice D)

Elaborada pela pesquisadora, o material é constituído de questões pessoais sobre as participantes e do momento da coleta, tais como nome, data, início e término da aplicação do KIDI. As 75 questões e as respostas (A, B, C, D, E) foram organizadas, assim como foram escolhidos símbolos que pudessem ser associados as categorias do instrumento e suas

respectivas questões. O material objetivou o preenchimento das respostas do KIDI e da prévia sinalização das diferentes categorias para a análise posterior dos dados.

Diário de campo

Utilizado com o objetivo de registrar, em tempo real, atitudes, fatos e fenômenos percebidos no campo de pesquisa. Os registros foram datados e feitos após os encontros, neles foram considerados a situação observada, os sujeitos envolvidos, as condições que puderam interferir no fato, a rotina e as normas institucionais da unidade.

Procedimento

Foi solicitada autorização do superintendente do sistema penitenciário do Estado (Apêndice E), para implementação de visitas sistemáticas à instituição e facilitar os primeiros contatos com as mulheres e o acesso às dependências. Ao mesmo tempo, a autorização do comitê de ética (Apêndice F) foi solicitada e foi apresentada a UMI possibilitando a coleta de dados. Vale ressaltar que antes da coleta, a pesquisadora passou por um período de habituação no contexto de cárcere, que visou conhecer a estrutura física da unidade, sua rotina de funcionamento, as mães e seus bebês, além da equipe multiprofissional que lá atuava.

Procedimento de Coleta de Dados

Realizou-se nos meses de Fevereiro de 2015 a Agosto de 2016, em paralelo a pesquisadora desenvolveu atividades, dinâmicas e encontros considerando as demandas das mulheres. Para a realização das entrevistas, o material utilizado (como o formulário do perfil das participantes, o KIDI e as folhas de respostas) foram previamente organizados antes da coleta, assim como o pedido de autorização do uso de gravadores dentro da instituição para o registro da entrevista.

Inicialmente, com as mães que aceitaram participar do estudo, a pesquisadora apresentou a importância social e científica do projeto de forma acessível e esclarecedora, mostrou os instrumentos e sua finalidade e posteriormente as convidou a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice G).

1º Momento- Caracterização das participantes: a pesquisadora solicitou a mãe que fornecesse informações, tais como: nome, idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, se cuidou de todos eles, quantos anos o seu bebê estava no dia da entrevista, se ainda possui contato com o pai da criança, ocupação antes do encarceramento, motivo de estar encarcerada, situação jurídica (provisória ou sentenciada), se recebe visitas e de quem. Em relação a serem portadoras de doenças infectocontagiosas ou mentais diagnosticadas, a pesquisadora perguntava se a mesma fazia uso de medicamentos, se passou por algum problema de saúde durante e/ou após a gravidez. Foi possível confirmar informações com os profissionais da enfermagem da UMI, que por realizarem uma avaliação em todas mães que chegavam na unidade, possuíam o registro das informações das custodiadas.

2º Momento - Aplicação do Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI). A pesquisadora aproximava o instrumento para que fosse visualizado pelas participantes, comunicava que seriam 75 questões, e que cada item descreveria o que poderia ser o comportamento de uma criança comum ou o que poderia afetar o crescimento e o comportamento de um bebê. Foi instruído que seriam lidas as 75 questões, e que a mãe escolhesse sua resposta baseando-se em seu conhecimento sobre as crianças de uma maneira geral, inicialmente tendo como opções “Concorda, discorda ou não tenho certeza”. Posteriormente as opções de respostas seriam “Concordo, mais nova, mais velha, não tenho certeza”, por fim escolheria a resposta que achasse mais adequada diante das afirmativas. Verificado o entendimento da instrução a pesquisadora iniciou a coleta. Uma vez concluída a

aplicação do Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI) a pesquisadora reafirmou a importância da participação da mãe e agradeceu sua contribuição.

Após os encontros, um diário de campo foi preenchido, visando registrar interações, espaço físico, dificuldades e limitações da atuação no ambiente da UMI. A duração da aplicação dos instrumentos foi de aproximadamente quarenta e cinco minutos. Durante os dois anos de estudo, a pesquisadora totalizou aproximadamente 576h frequentando a unidade.

Procedimento de Análise de dados

- Dados Sociodemográficos: As informações referentes às mães foram organizadas estatisticamente em um banco de dados no *Software SPSS 20*, nele foi realizado um cálculo para obter a porcentagem com base na frequência dos dados que possibilitou a caracterização das participantes.

- Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI): Os dados foram lançados e analisados tanto em uma planilha do SPSS como do programa Excel. Com a aplicação deste instrumento foi possível computar o número de acertos, erros e incertezas válidos para a amostra de participantes. As análises foram feitas para o grupo de mães, tomando como referência as seguintes categorias: 1) Percentual médio de acerto, erro e incerteza das 75 questões, assim como das categorias que norteiam o instrumento; 2) Examinar possíveis relações entre o perfil sócio demográfico das mães com as questões de maiores índices de acerto, erro e incerteza do KIDI; 3) Cinco questões que apresentarem maior índice de acerto, erro e incerteza.

- Diário de Campo: As informações relativas aos dias frequentados na unidade, foram organizados no programa Microsoft Word, dentro das respectivas datas da visita. As

informações foram relidas e destacadas aquelas relativas ao ambiente físico e social da unidade, assim como outras informações que pudessem auxiliar na discussão dos dados da pesquisa.

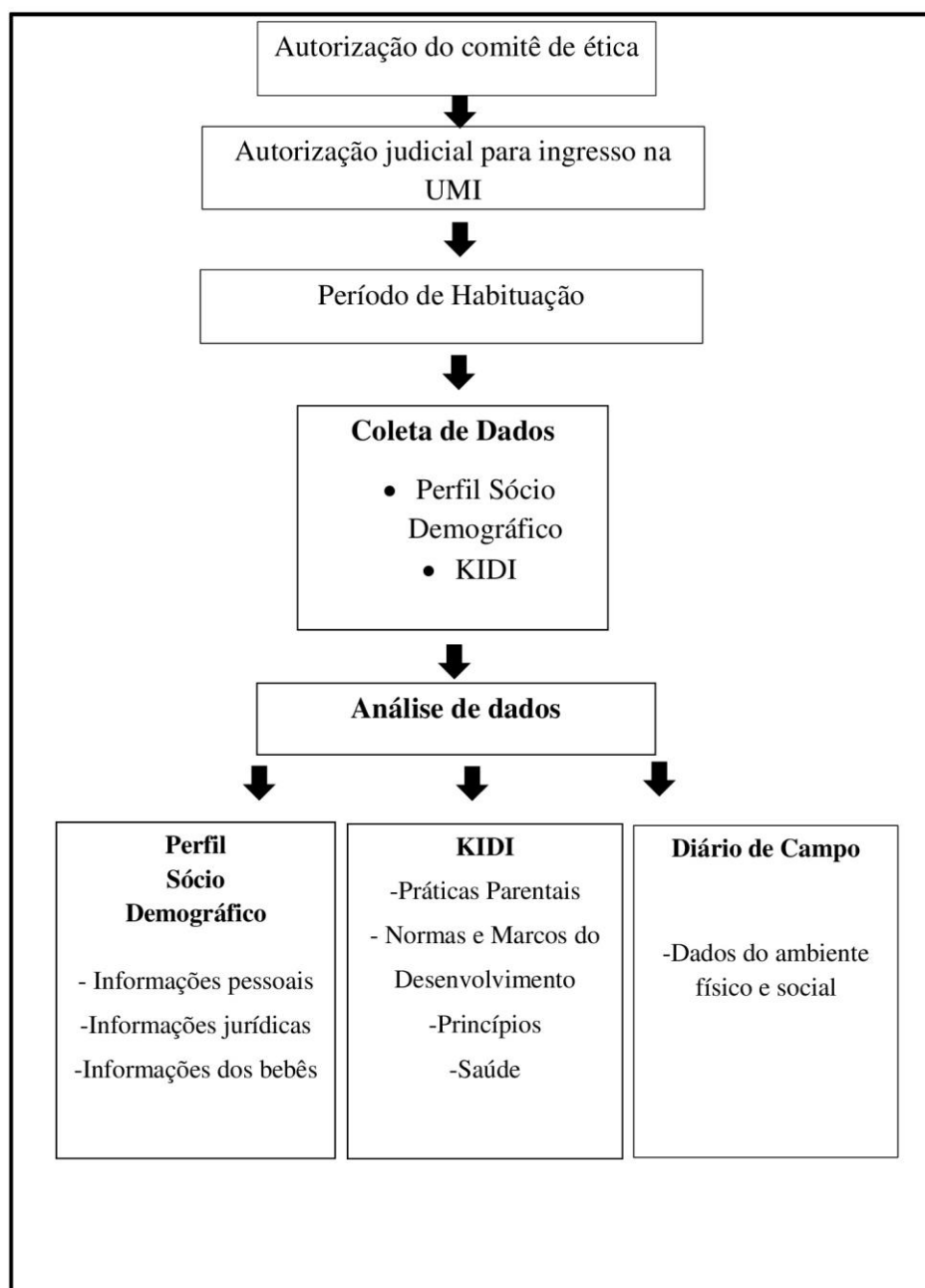


Figura 2: Diagrama esquemático do procedimento

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. O AMBIENTE FÍSICO E SOCIAL DA UNIDADE MATERNO INFANTIL

Harkness e Super (1986) propuseram os três subsistemas que formariam o nicho de desenvolvimento da criança, o ambiente físico e social, a psicologia dos seus cuidadores e as práticas de cuidado. Pensar a Unidade Materno Infantil enquanto ambiente físico e social, é considerar todas as configurações possíveis do cotidiano da criança, especialmente os objetos e relações estabelecidas no local. No ambiente físico, é possível considerar o clima, nutrição, tamanho e organização do espaço de viver, além de verificar os perigos e oportunidades que fazem parte do contexto de desenvolvimento da criança.

A unidade foi originalmente construída para ser uma residência, passou por algumas adaptações para acolher as custodiadas. A estrutura física interna é composta por um pátio de entrada com uma sala adjacente (local onde os visitantes são recebidos e a sala serve como alojamento dos materiais e objetos dos funcionários e das visitas). O quarto 1 com banheiro (ver Figura 3), uma enfermaria (ver Figura 4), uma administração (ver Figura 5), o quarto 2 (ver Figura 6) e o quarto 3 (ver Figura 7). A unidade possui três banheiros e um lavabo que fica situado no quarto 2, adiante encontra-se a cozinha (Figura 8) e nos fundos da residência fica o refeitório (Figura 9).



Figura 3: Visualização parcial do quarto 1 e do banheiro ao lado

O primeiro quarto é destinado para as grávidas que geralmente são transferidas do CRF (Centro de Reeducação Feminino) ao completarem o sexto mês de gravidez. Nesse espaço ficam cinco leitos, todos acompanhados de um berço menor, este fica a altura do leito e facilita os cuidados com o bebê. No local estão janelas que iluminam o ambiente, um armário grande de latão, que possui divisões e que são fechados (sem chave) para as mães guardarem seus pertences. Uma televisão, um aparelho de DVD, centrais de ar-condicionado e estantes fixadas nas paredes, geralmente preenchidas com brinquedos. Esses brinquedos podem ser usados pela mãe e o bebê e também servem para decorar o espaço, deixando-o com aspecto lúdico. Nesse espaço existe um banheiro equipado com pia, boxe, chuveiro, privada e banheira.



Figura 4: Enfermaria da UMI

A enfermaria é aparentemente arejada, equipada com maca, instrumentos médicos, uma central de ar-condicionado e um banheiro. Nesse espaço são realizados atendimentos de profissionais como pediatra (que atende uma vez na semana), enfermeira e técnica de enfermagem (atendem todos os dias). Os serviços de nutrição e de terapia ocupacional são

prestados apenas quando existe a solicitação da unidade, pois ambos os profissionais não frequentam rotineiramente o local. A maioria dos serviços oferecidos para as mães visando a saúde delas e de seus bebês são realizados nessa sala, as mães recebem as vitaminas e/ou medicamentos, fraudas e outros materiais de higiene e há o acompanhamento e orientações relacionadas aos cuidados com os bebês.

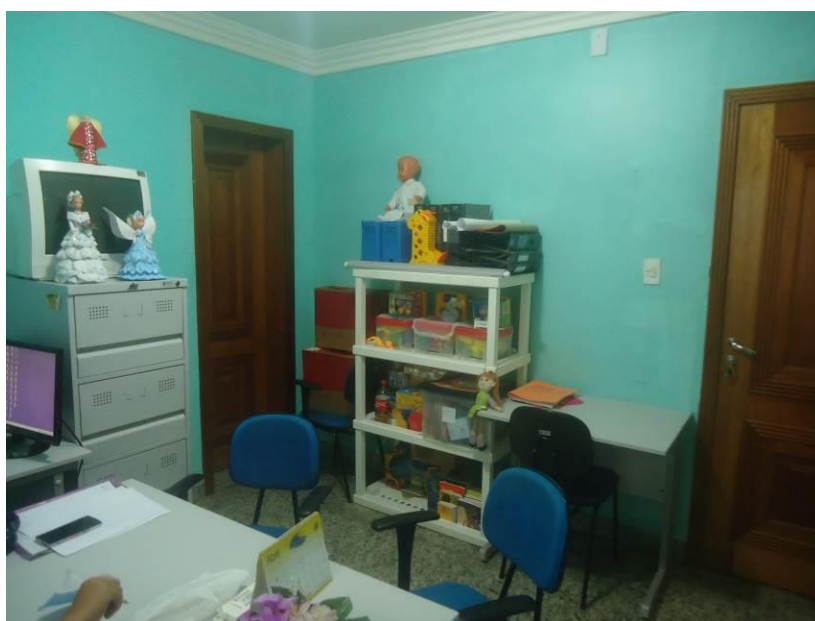


Figura 5: Visualização parcial da sala da Administração

Na administração, atendem a assistente social e a psicóloga que atuam duas vezes na semana. Além delas, fica a gestora da Unidade que frequenta o lugar todos os dias. Todas as profissionais citadas formam o corpo técnico da UMI. Nesse espaço encontra-se um banheiro, central de ar-condicionado, uma estante com diversos brinquedos, um computador e um guarda-roupa. Geralmente as doações recebidas para a unidade ficam nessa sala e são distribuídas de acordo com as demandas das mães e dos bebês. Nesse espaço também são realizadas as ligações telefônicas para os familiares através da mediação da assistente social assim como o acompanhamento dos processos judiciais das mães que geralmente são vistos pela gestora da unidade junto as mães.



Figura 6: Visualização parcial do quarto 2

O segundo quarto fica em um nível mais baixo comparado ao terceiro quarto, nele encontra-se um lavabo, armários de latão, central de ar-condicionado e quatro leitos. A partir desse espaço, ficam as mulheres lactantes puérperas e as que já estão com seus bebês maiores. Vale ressaltar que dependendo do número de mães na unidade, os leitos mudavam de posição para atender melhor às necessidades das mães e seus bebês. Foi observado que após um tempo da inauguração da unidade as mães começaram a adornar o ambiente, com enfeites que sobravam dos mesários dos bebês ou que elas mesmas produziam com EVA, deixando o ambiente mais colorido e agradável.



Figura 7: Visualização parcial do quarto 3

O terceiro quarto é uma continuação do segundo, porém em um nível mais alto, nele ficam as lactantes. Nesse espaço estão cinco leitos, possui central de ar-condicionado, televisão, DVD, armários e janelas.



Figura 8: Visualização parcial da cozinha da UMI

A cozinha é destinada para o preparo dos alimentos dos bebês, visto que as refeições para as mães são trazidas por um serviço terceirizado e entregues em horários certos, como o café da manhã que chega 6h da manhã e elas podem pegar até 8h. O almoço chega entre

10h30min e pode ser retirado até 11h30min. O jantar chega 16h e elas podem buscar até as 16h30min. Após retirarem seus alimentos, podem guardá-los na geladeira e esquentar no micro-ondas no horário que preferirem comer. A cozinha possui uma janela ampla que permite visualizar quem está no refeitório e está equipada com geladeira, fogão e outros utensílios necessários. A cozinha é de uso exclusivo das custodiadas. As refeições dos agentes penitenciários são preparadas na entrada da casa, e estes revessam-se na utilização da pia da cozinha para lavagem de louças.



Figura 9: Refeitório/ Lugar onde recebem visitas

O refeitório é o local onde as mães se juntam para as refeições do dia e também para receberem visitas em dias predeterminados pela instituição. Sobre o alimento, a gestora afirma que quando o alimento não está bom para ingestão, ela prontamente liga para a nutricionista e depois para os responsáveis para que medidas sejam tomadas. Durante o tempo da pesquisa, foi possível observar reclamações em relação à qualidade da comida, assim como, a prática da gestora de experimentar a comida que chega para as mães, visando verificar sua adequação.

Atualmente, o espaço está equipado com uma brinquedoteca móvel (ver Figura 10) que disponibiliza brinquedos, materiais e livros. A brinquedoteca foi produto de uma parceria entre a UFPA e o setor de marcenaria da SUSIPE que facilitou a implantação da brinquedoteca móvel. O projeto desenvolvido na unidade objetiva estimular de forma lúdica, o vínculo entre a mãe e o bebê, e a participação ativa da mãe no desenvolvimento do seu filho.



Figura 10: Brinquedoteca móvel da UMI

Externamente, a Unidade possui muros de pedras e portões de entrada (ver Figura 9). Ao entrar pelo portão menor, tem um jardim que leva para a entrada da casa (ver Figura 11), nesse caminho tem uma ampla garagem (ver Figura 12). No quintal, há uma área com paisagismo (ver Figura 13).



Figura 11: Faixada externa da UMI

O caminho para chegar à Unidade Materno Infantil é longo e afastado do centro de Belém, situada em Ananindeua. O asfalto está presente apenas até uma parte do percurso (apresentando buracos e poças de água em dias de chuva), e a rua principal onde a Unidade está não possui asfalto, o que dificulta a entrada e a saída de quem passa. Ao redor tem mato alto, poucas casas e um silêncio significativo. A segurança é uma questão a ser discutida, visto a distância e condições apresentadas.



Figura 12: Jardim da entrada

Na entrada do portão destinado a quem chega a pé, tem um jardim e a visão de dentro da casa, especificadamente do refeitório. É relevante ressaltar, que devido a unidade funcionar em uma casa que era residencial, não foram incluídos banheiros externos para os agentes penitenciários que não podem entrar na casa, e por isso passam por condições adversas, sem ter banheiro ou proteção das chuvas.



Figura 13: Garagem da UMI

A garagem é ampla e recebe carros dos visitantes, parceiros e ambulâncias. É possível estacionar aproximadamente oito carros no espaço.



Figura 14: Quintal com paisagismo

Atrás da casa, há um jardim, onde as custodiadas saem para tomar sol em horários certos do dia, esse banho de sol é importante para a saúde da mãe e do bebê, apesar de ser uma prática estimulada pela unidade, foi observado que poucas mães aderiam. Nesse espaço também são realizadas as tarefas das custodiadas, tais como: varrer, lavar a calçada, estender e tirar as roupas. Durante a semana, a lavagem de roupas e a limpeza da casa, acontecem por escala. Na lavagem, duas ou três custodiadas acordam às 7h da manhã para cumprirem a tarefa. Quanto a limpeza da casa, há uma escala em que cada uma, em um dia da semana diferente, deve limpar. Essas tarefas não são remuneradas. Para serem remuneradas, precisam trabalhar limpando os espaços que o corpo técnico usa (enfermaria, sala de administração...). Ou seja, além de trabalharem para a manutenção da casa, podem trabalhar visando um pagamento. Outra forma de receber dinheiro é através da produção de artesanato, tais como itens em crochê (habilidade comum entre as mulheres), em que uma pessoa de fora pode comprar, assim como confecção de artesanato em EVA. Para isso, deve-se registrar um protocolo na sala da administração.

No âmbito social, os dados censitários demonstram que essas mães tinham relacionamentos afetivos instáveis, na grande maioria solteiras, oriundas do interior do estado.

No documento de identidade dos filhos, está na maioria das vezes registrado apenas o nome da mãe, o que nos faz refletir sobre o possível abandono dos pais. As mães dificilmente recebem visitas dos parceiros (pais dos seus bebês ou não), geralmente por estarem presos também. As mães deste estudo, tinham em comum a maternagem múltipla, pois tinham outros filhos fora do cárcere. Mesmo custodiada na unidade, as mães tentavam exercer seu papel de mãe, verificando a presença dos filhos na escola, a alimentação e saúde, tudo através das ligações e nas poucas visitas recebidas. Geralmente esses filhos ficavam aos cuidados da família nuclear (mãe, pai, irmãos, irmãs) e/ou estendida da mãe (avós, tios e primos).

Pode-se dizer que as mães e seus bebês passam longos períodos sem o contato físico com seus familiares e/ou conhecidos. Apesar dos dias de visita existirem (nas sextas as crianças podem visitar as mulheres e nos sábados ou domingos, os adultos), a sua realização é difícil, na maioria das vezes devido à distância de moradia dos seus familiares em relação a Unidade Materno Infantil. Os familiares moram no interior do Estado ou em municípios distantes, o que contribui para a diminuição das visitas. Vale ressaltar também a dificuldade financeira que enfrentam ao precisarem realizar uma viagem, pois nem todos possuem condições para pagar o transporte e até mesmo produtos alimentícios ou de higiene solicitados pelas mães custodiadas durante a visita.

A Unidade possui regras em relação aos visitantes, tais como: quando a visita é um pai, mãe, irmão (a), esposo ou esposa, podem visitar diretamente o local. Porém, se não o for, deve passar antes por uma avaliação com a assistente social e esta solicita a autorização de entrada. Esse procedimento apesar de necessário, deixa o processo de visita mais moroso. São permitidas duas visitas por interna aos finais de semana em dias alternados. Nas sextas-feiras as crianças e adolescentes podem visitar o local, estes devem entrar acompanhados por um adulto.

Com a implantação da brinquedoteca móvel no local, foi possível acrescentar um toque lúdico durante as visitas, especialmente das crianças que podem utilizar os brinquedos e materiais do carrinho, e interagirem com as mães custodiadas, de forma que o encontro flua de uma maneira diferente do habitual, além de trazer um aspecto humanizado para o espaço e consequentemente para quem o visita.

Outra forma de comunicação com os familiares é através de ligações telefônicas, ação que acontece apenas uma vez na semana. A ligação era intermediada pela Assistente Social. Durante a pesquisa, houve um período em que as ligações foram suspensas devido à ausência de uma Assistente social na Unidade, como estratégia de resolução, foi pedido que os familiares ligassem para a Unidade. Apesar da tentativa, muitas não recebiam a ligação devido à dificuldade dos familiares em completar a chamada. Sobre a qualidade desses contatos telefônicos, foram observados relatos de insatisfação das mães em relação a atuação da assistente social, relatos que afirmavam que a profissional não repassava a mensagem para os parentes durante a ligação como elas pediram, encurtando o contato e impossibilitando uma comunicação mais efetiva.

Em relação às demais pessoas que visitam o local e que fortalecem o ambiente social das mães e seus bebês, estão as bolsistas e pesquisadoras da UFPA, que semanalmente visitam o local com propostas de atividades diversificadas. A Defensoria Pública também está presente com visitas que ocorrem de 15 em 15 dias, propõe um projeto que através de filmes estimulam a reflexão e discussão de temas relevantes na realidade das mães custodiadas, além de um momento de descontração acompanhado de lanches. Além disso, há as diferentes igrejas que possuem dias próprios na semana para estarem visitando o local.

Os agentes penitenciários também influenciam o nicho desenvolvimental da criança e estão em constante contato com as mães custodiadas. A relação entre os agentes e as internas

é limitada devido ao papel que deve ser desempenhado pelos agentes, funções que exigem deles a supervisão de tudo que acontece na casa, de contenção e de disciplina.

Moraes (2013) explorou o processo de construção de identidade de agentes penitenciários a partir da dinâmica no interior das prisões, em seus achados constatou dificuldades enfrentadas na saúde física e psicológica dos agentes, a forte influência do ambiente de trabalho na sua própria família, além da constante desconfiança, seja dos que estão em situação privativa de liberdade, seja dos outros agentes penitenciários, essa desconfiança acarreta um alto nível de estresse.

Apesar de, como relatado no artigo de Moraes (2013), os agentes serem “pagos para desconfiar”, foi observado que na UMI existiam agentes com a iniciativa de ter um contato mais próximo com as mães, sempre de forma cuidadosa para não desfazer o respeito exigido com a sua figura de autoridade. Exemplos observados foram de agentes que aproveitavam seu tempo de atuação na casa para repassar ensinamentos de artesanato ou outros que mesmo do lado de fora da casa, conseguia através das grades manter uma célula (como as organizadas nas igrejas) em dias e horários marcados, visando a discussão de textos bíblicos e a possibilidade de um momento de oração.

Outros profissionais, tais como a gestora, psicóloga, assistente social, pediatra e enfermeira, também estão presentes na rotina das mães e seus bebês, durante a pesquisa foi possível identificar ações dos profissionais que destoava da sua rotina profissional, ações voltadas para a espiritualidade das internas, para sua aprendizagem em relação a ser mãe, ações fora de suas funções tais como marcar um dia da semana para fazer as compras das internas que não recebem visitas, logo não tem como receber produtos higiênicos ou alimentícios necessários.

Deve-se ressaltar a relação entre as internas, que pode ser estabelecida muito antes de irem para a Umi, como foi observado durante a pesquisa que a maioria já se conhecia do

CRF, outras fortaleceram sua amizade na própria unidade. Apesar do espaço proporcionar um leito para cada interna, a privacidade é baixa, a convivência é intensa e constante, as relações que ali acontecem afetam diretamente os bebês da casa. Alianças são feitas e cabe ao corpo técnico facilitar as relações de forma que os desentendimentos não prejudiquem a rotina da unidade. As relações são importantes nesse momento pois, além de estarem passando por um momento estressante de privação de liberdade, também estão grávidas ou no período pós-parto, o que acarreta muitas outras situações delicadas, os hormônios estão diferentes, estão presentes exigências do ambiente e do bebê, e é nesse contexto que as mães ao se unirem conseguem se ajudar e ajudar a outra com o seu bebê.

Durante as observações na unidade, foi possível identificar situações de cooperação entre as mães, de consolo para com a outra assim como de aprendizado acerca da maternidade. Houve momentos em que algumas mães, por diversos motivos não puderam ou não quiseram amamentar seus filhos, e outra mãe custodiada se ofereceu para isso, então além do seu bebê amamentava o de outra mãe, praticando a amamentação cruzada. Apesar desse ato ser proibido na unidade ainda assim ocorria entre as mães.

Assim como as mães tinham as outras como companhia, os bebês também estavam em constante interação entre si, comemoravam o mesário todo final de mês, e assim compartilhavam esse momento em conjunto. Quando já estavam maiores, conseguiam brincar com os outros e juntos exploravam as possibilidades do lugar. A rotina da unidade fazia com que a maioria dos cuidados com os bebês ocorresse em conjunto, como o horário de serem alimentados (exceto os bebês que só mamavam), de tomarem banho, de dormirem e acordarem. Foi relatado pelas mães, que durante a noite quando um chorava, outros acordavam e também choravam, mostrando que mesmo as mães possuindo seu leito, o lugar ainda era compartilhado e tudo que ocorria com uma afetava direta ou indiretamente as outras e seus bebês.

Para finalizar, pode-se sintetizar que o ambiente físico e social da Unidade apresenta elementos que podem funcionar como fatores de risco, tais como: a baixa frequência de visitas dos familiares (fragilização dos vínculos); a Inexistência de privacidade (potencialização de comportamentos agressivos e ou depressão); a rigidez na rotina (motivação para engajamento em outras atividades); Por outro lado, encontramos elementos que podem funcionar como fatores de proteção, tais como: o acompanhamento de saúde das mães e bebês; a aproximação e apoio da equipe técnica da unidade; o ambiente físico ser característico de uma residência e ser equipado com o mínimo necessário para os cuidados das mães e os bebês.

2. CONHECIMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E PRÁTICAS DE CUIDADO

Nesta seção de resultados serão apresentados primeiramente dados gerais do perfil das mães, com ênfase para a idade, estado civil, procedência, escolaridade e número de filhos, situação jurídica e o motivo do encarceramento. Em um segundo momento, serão apresentados aspectos ligados à prática de cuidado das cuidadoras, assim como a aferição do conhecimento sobre desenvolvimento infantil dessas mães a partir da aplicação do KIDI.

Tabela 1

Caracterização sócio demográfica da amostra (N=16)

Variáveis	N	%
Faixa Etária		
≤ 25 anos	5	31,4 %
> 25 anos	11	69,1 %
Estado Civil		
Solteira	9	56,3%

União Estável	6	37,5%
Casada	1	6,3%
Procedência		
Interior do Estado	16	100%
Escolaridade		
Ensino Fundamental	14	87,5%
Ensino Médio Incompleto	2	12,5%
Nº de Filhos		
2 a 3	10	62,5%
> 3	6	37,6%
Situação Jurídica		
Provisória	9	56,3%
Sentenciada	7	43,8%
Motivo da prisão		
Tráfico de drogas	14	87,5%
Furto qualificado	1	6,3%
Assalto à mão armada	1	6,3%

Verifica-se na Tabela 1 que a maioria das mães tem a idade acima de 25 anos, variando entre 19 e 38 anos de idade, solteiras (56,3%), residindo no interior do Estado, escolaridade de ensino fundamental, múltiparas, presas por envolvimento com o tráfico de drogas e estão aguardando sentença. Verifica-se semelhança com os perfis de outras mães em situação privativa de liberdade que foram descritas nos estudos de Okada (2016), Braga e Angotti (2015), Ventura, Simas e Larouzé (2015); Lima, Pereira Neto, Amarante, Dias e Ferreira Filha (2013), desenvolvidas em ambiente prisional em várias regiões do Brasil. Vale ressaltar apenas uma diferença, a idade das mães da amostra estar acima de 25 anos, dado que difere da maioria da pesquisas e tornar-se importante para a análise das respostas acerca do desenvolvimento infantil.

Tabela 2

Dados pessoais, profissionais e sociais da amostra

Variáveis	N	%
Ocupação profissional		
Dona de casa	10	62,5%
Trabalho informal	5	31,4%
Estudante	1	6,3%
Recebe Visitas		
Sim	10	62,5%
Não	6	37,5%
Contato com o pai do bebê		
Sim	5	31,3%
Não	11	68,8%
Tempo custodiada		
> 6 meses	14	87,5%
< 6 meses	2	12,5%
Situação de entrada na UMI		
Grávidas	11	68,9%
Com filhos nascidos	5	31,3%
Filhos falecidos		
Sim	2	12,5%
Não	14	87,5%
Sexo dos bebês		
Masculino	9	56,3%
Feminino	7	43,8%
Idade dos bebês		
Média	5 meses de idade	
Cuidou de todos os filhos		
Sim	11	68,8%
Não	5	31,3%

Nas respostas, observou-se que em relação à ocupação profissional, 62,5% destas mães eram donas de casa, 31,4% viviam do trabalho informal (artesã, doméstica e outros). Em relação ao contato as visitas, 62,5% afirmaram receber visitas (mãe, filhos, amigos), 87,5% afirmaram nunca terem perdido um filho e 68,8% declararam ausência de contato com o pai da criança. As participantes estavam custodiadas de duas a oito semanas na unidade em que 87,5% estavam a mais de seis meses. Entraram grávidas 68,9% e 31,3% entraram com filhos nascidos. Dos bebês da unidade, 56,3% eram meninos. Durante as entrevistas os bebês tinham em média cinco meses. Em relação as mães terem cuidado desses filhos e dos outros que ficaram no lado de fora, 68,8% declararam que cuidaram de todos eles.

Os dados de perfil indicam congruências ligadas à baixa escolaridade, ocupação profissional, estado civil e ausência de contato com o pai; regime de custódia com o tempo na unidade. Pode-se observar uma divergência entre os dados informados sobre o receber visitas e as observações do ambiente físico e social.

As respostas das mães ao KIDI, está ilustrado na figura 5 através do percentual médio de acerto, erro e incerteza.

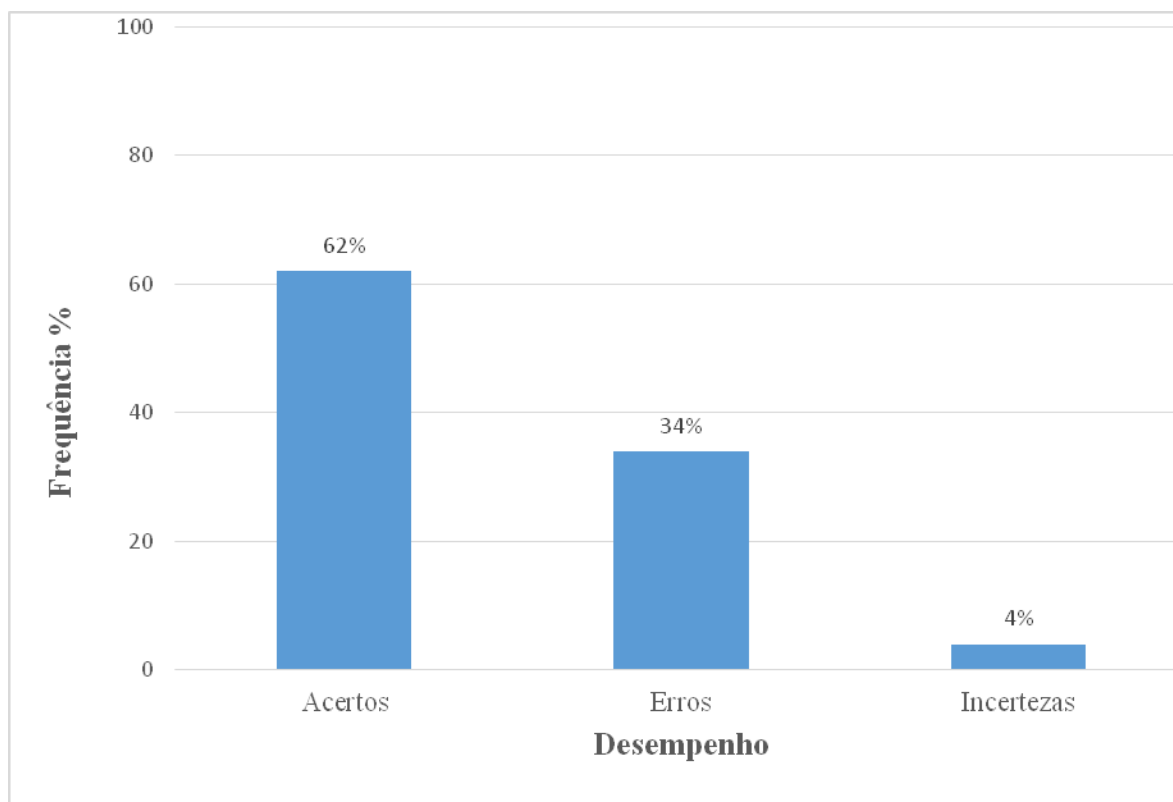


Figura 15: percentual médio de acerto, erro e incerteza em relação as 75 questões do KIDI.

De modo geral, as mães acertaram mais questões do que erraram o que permite considerar que apresentaram bom desempenho no conhecimento sobre desenvolvimento infantil, dessa forma pode-se dizer que o dado é relevante pois esses conhecimentos tendem a influenciar positivamente a forma de cuidar da criança, como mostra a literatura da área (Seidl de Moura et al., 2004; Silva et al., 2005; Ribas et al., 2007).

Apesar do bom desempenho, vale salientar que 38% erraram ou expressaram incerteza em relação a algumas questões do KIDI. Os estudos realizados que utilizaram o mesmo instrumento, trazem algumas variáveis importantes que devem ser consideradas ao pensar na porcentagem de erros e dúvidas apresentadas pelas participantes. O nível de escolaridade, a idade das cuidadoras e até a condição socioeconômica podem influenciar nas respostas das mães e conseqüentemente no número de acerto, erro e incertezas (Kobarg & Vieira, 2008; Silva, 2005; Seidl de Moura et al., 2004).

Como o instrumento foi estruturado em torno de quatro categorias (práticas de cuidado, saúde e segurança, normas e marcos e princípios do desenvolvimento) pode-se rastrear quais categorias foram produtoras de erros e incertezas. A figura 16 ilustra o percentual médio de acerto, erro e incerteza, por categoria.

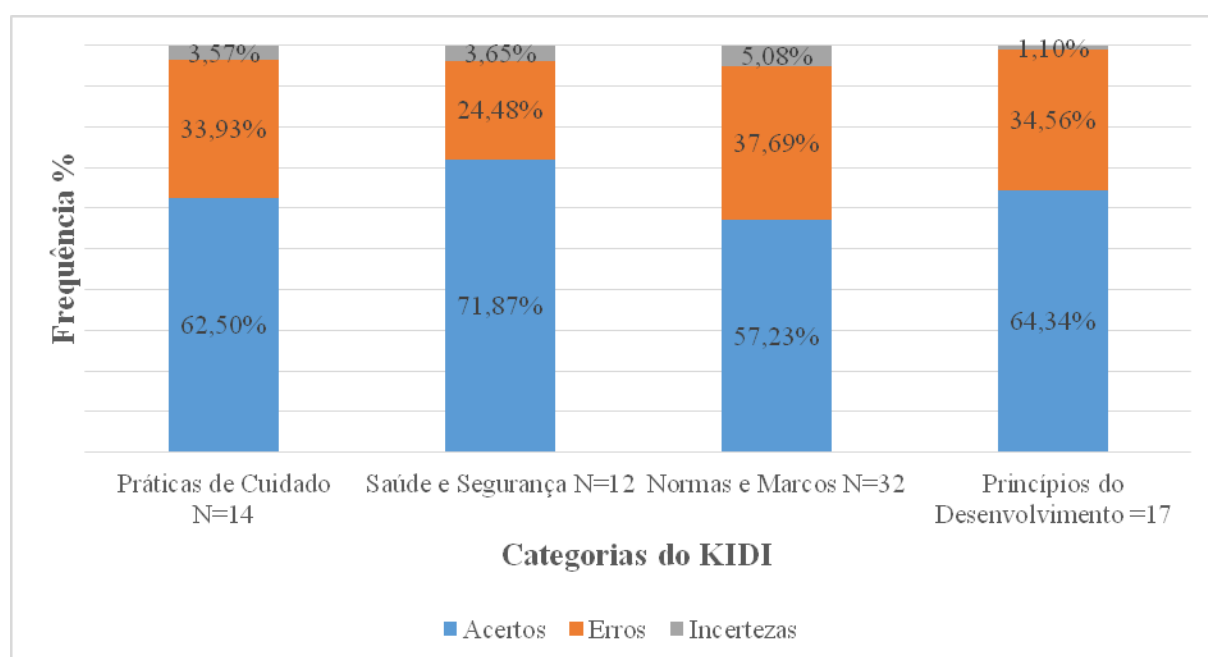


Figura 16: percentual médio de acerto, erro e incerteza em relação as quatro categorias.

A partir dos resultados verifica-se que entre as quatro categorias as mães obtiveram um percentual de acerto que ultrapassa o patamar de 50%. Na pesquisa de Cruz, Cavalcante e Pedroso (2014), que também utilizou o KIDI, concluiu-se que as questões que apresentaram maiores número de acertos foram da categoria saúde e segurança, com 64,70% e práticas de cuidado com 58,82%. Os autores colocam que a categorias com maiores números de erros foram as práticas de cuidado com 41,18% e normas e marcos com 41,17%. A pesquisa de Corrêa (2011) também ressaltou a categoria normas e marcos como de menor índice de acerto entre educadores de uma instituição de acolhimento infantil.

Da mesma forma na presente pesquisa, a categoria saúde e segurança apresentou o maior índice de acertos com 71,87%, seguida da categoria Princípios do desenvolvimento com 64,34%. As categorias que apresentaram maior índice de erros foram Normas e Marcos (37,69%) e Princípios (34,56%). Dessa forma, pode-se dizer que a categoria **saúde e segurança** teve uma ênfase nos acertos tanto na pesquisa de Cruz, Cavalcante e Pedroso (2014) como na presente pesquisa. Provavelmente esse resultado pode ter sido influenciado pelo trabalho multiprofissional que existe na Unidade Materno Infantil, que orienta desde o começo da gravidez da interna sobre os cuidados relacionados a sua própria saúde e de seu bebê, além da influência das experiências passadas com seus outros filhos, juntamente ao apoio e orientações recebidas de outros familiares, o que nos remete aos ensinamentos passados de geração em geração através de crenças e valores, reafirmando a influência inerente da psicologia dos cuidadores, como colocado por Harkness e Super (1986). Outra fonte adicional de conhecimento para essas mães é a mídia, que nos últimos tempos tem ressaltado a importância de alguns cuidados, como a vacina, por exemplo.

A segunda categoria de maior índice de acertos foi a **princípios de desenvolvimento**, esta versa sobre o processo de desenvolvimento, a lógica de aquisição progressiva de competências e a descrição de habilidades gerais da criança. Essa categoria também foi a segunda de maior acerto no estudo de Corrêa (2011), provavelmente deu-se o presente resultado devido as mães serem múltiplas, logo, já tiveram contato com o processo de desenvolvimento de outras crianças, até mesmo que não eram suas mas sim de sua própria família ou rede social. De mesma forma no estudo de Corrêa (2011) os educadores tinham outros filhos e a experiência de cuidado com várias crianças no abrigo, o que pode ter influenciado no índice de acerto da categoria. Além disso, deve-se ressaltar que na UMI as mães entram grávidas e acompanham de forma direta o processo de desenvolvimento dos

bebês das outras mães até que tenham os seus, o que de certa forma acrescenta no conhecimento sobre o desenvolvimento infantil que possuem.

Na categoria de **práticas de cuidado** estão presentes questões sobre crenças, estratégias e comportamentos dos pais, habilidade da criança através de ensino ou modelagem e a responsabilidade de se tornarem pais. Na presente pesquisa ficou em terceiro lugar em relação ao índice de acertos e apresentou resultados diferentes das pesquisas de Corrêa (2011) e Cruz, Cavalcante e Pedroso (2014) em que ambas os estudos a categoria ficou como uma das que obteve maior índice de acertos. No estudo de Corrêa (2011) os educadores a maioria eram mulheres com mais de 35 anos, possuíam filhos, completaram o ensino médio e tinham mais de 24 meses de experiência como educadoras. Em relação ao estudo de Cruz, Cavalcante e Pedroso (2014), as mães tinham entre 17 e 35 anos de idade, sendo que a maioria estava com 25 anos. A maioria possuía o ensino fundamental incompleto, tinham de 1 a 8 filhos, em que a média oscilou de 3 a 4. Com relação à ocupação profissional, 56,6% destas mães viviam do trabalho informal (manicure, artesã, doméstica e outros) ou dependiam do que tem sido denominado de "bico" (trabalho informal e ocasional), enquanto que 43,3% encontravam-se desempregadas. Apesar de serem dados sócio demográficos diferentes, a categoria de práticas de cuidado apresentou grande índice de acertos em ambos os estudos, esse dado acentua a influência de variáveis sócio demográficas em relação ao conhecimento sobre desenvolvimento infantil, visto que nos estudos citados, participaram mães e educadoras que através dos aspectos pessoais e profissionais diferiram das mães da UMI. Um dos fatores marcantes que diferem as mães da UMI das outras participantes dos estudos citados, é a situação de privação de liberdade, que de certa forma limita o exercício da maternidade com seus outros filhos que ficaram de fora, além disso, às vezes mesmo em liberdade a mãe não teve a experiência de cuidar dos seus filhos, devido diversos fatores que

se relacionaram (conflitos familiares, vícios, ausência e amparo do governo...), e assim os filhos foram cuidados por outras pessoas da família.

A categoria **normas e marcos do desenvolvimento** apresentou menos acertos. Os mesmos resultados foram encontrados na pesquisa de Cruz, Cavalcante e Pedroso (2014) e Corrêa (2011). Ao pensar sobre isso, pode-se refletir que a categoria Normas e Marcos do Desenvolvimento, que descreve o conhecimento das mães sobre períodos mais prováveis para a aquisição de habilidades motoras, perceptuais e cognitivas da criança, teve essa colocação devido à ausência de divulgação desse tipo de informação para as mães, tendo em vista que questões relacionadas aos períodos de aquisição de habilidades geralmente são difundidas em meios acadêmicos, logo ressalta-se a escolaridade das mães que em sua maioria tem o ensino fundamental o que dificulta o acesso a essas informações.

Outro dado que merece ser analisado diz respeito ao tipo de questões que as mães acertaram, erraram e apresentaram incertezas. As questões que apresentaram maior número de acertos foram da categoria saúde e segurança com 71,87% e as com maior número de erros estiveram concentradas na categoria normas e marcos do desenvolvimento com 37,69%.

Tabela 3

Questões que apresentaram maiores índices de acertos, erros e incertezas nas categorias do KIDI.

Categories	As cinco questões com maiores índices de acertos	As cinco questões com maiores índices de erros	As cinco questões com maiores índices de incertezas
Práticas de cuidado	9, 14, 47, 1, 44	19, 48, 5, 46, 36	16, 5, 23, 46,48
Saúde e segurança	2, 45, 6, 15, 18	24, 40, 27, 10, 43	43,40,31,27
Normas e marcos	55, 28, 53, 61, 7	67, 58, 62, 64, 68	71,74,70,66,58
Princípios	8, 32, 4, 35, 41	39, 37, 20, 22, 13	22, 30

A tabela 3 ilustra as cinco questões com maiores índices de acertos, erros e incertezas de cada categoria, lembrando que a categoria saúde e segurança apresentou o maior índice de acerto entre todas, seguida de princípios de desenvolvimento. Identifica-se que as mães que alcançaram esse patamar possuem mais de 25 anos de idade, com mais de dois filhos, baixa escolaridade e estão em sua maioria a mais de seis meses na unidade.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que apesar de as mães possuírem pouca escolaridade, estas alcançaram bom desempenho na avaliação feita pelo KIDI, o que contraria a hipótese de que quanto maior o nível de escolaridade mais conhecimentos tendem a ser adquiridos sobre o desenvolvimento infantil, como mostraram estudos anteriores com este instrumento, como Corrêa (2011), que obteve respostas de educadores de um abrigo, evidenciando a escolaridade como variável positiva para o desempenho das mães no inventário de desenvolvimento infantil e Silva et al. (2005) que realizou uma pesquisa com 66 mães primíparas e investigou suas cognições maternas acerca da maternidade e do desenvolvimento infantil utilizando o KIDI. Os seus dados identificaram que quanto maior a escolaridade e o status socioeconômico, maior era o conhecimento que as cuidadoras detinham sobre o desenvolvimento infantil.

A presente pesquisa converge com os dados encontrados na pesquisa de Cruz, Cavalcante e Pedroso (2014), reafirmando que nem sempre o nível de escolaridade está diretamente relacionado ao desempenho das participantes no KIDI. Diante disso, pode-se pensar em diversas possibilidades que explicariam esse bom desempenho, neste sentido pode-se supor que a experiência pessoal como mãe múltipara influencia positivamente o nível de conhecimento sobre desenvolvimento. Vale ressaltar que apesar de 11 mães terem afirmado que cuidaram de todos os filhos, a categoria práticas de cuidado não foi a de maior índice de acerto, o que suscita a questão da qualidade do cuidar que as mães afirmam terem dado, assim

como o bom desempenho das mães não pode estar relacionado a escolaridade das mesmas, o que nos faz refletir sobre a influência do corpo técnico presente na UMI que orienta acerca de cuidados primários, assim como a própria relação entre as mães que possibilitaria novos aprendizados acerca do desenvolvimento infantil.

As questões de melhor desempenho estão relacionadas aos cuidados com a saúde do bebê, como a importância do acompanhamento médico e a aplicação de vacina, o conhecimento de prováveis causas de acidentes com crianças, o conhecimento e a descrição de habilidades gerais, como o que esperar do bebê durante a introdução alimentar, questões referentes a disciplina e a estimulação do desenvolvimento do bebê a partir da comunicação e questões sobre os períodos mais prováveis de aquisição de certas habilidades, como o nível de raciocínio da criança em determinada idade. Neste sentido, pode-se supor que a experiência pessoal como mãe também de outros filhos, influencia positivamente o nível de conhecimento sobre desenvolvimento, tendendo a ampliá-lo, assim como o serviço prestado pelos profissionais dentro da unidade influenciam na aprendizagem das mães custodiadas, principalmente aprendizagens relacionadas a saúde e segurança do bebê.

Entre as questões com maior percentual de erro destaca-se a de número 40, com 100% de erro. A questão versa sobre os cuidados em relação a saúde do bebê quando este apresenta diarreia. Nesse caso, deve-se considerar o tempo, o local e a população que o instrumento pretendia atender, pois provavelmente o alto índice de erro se deu devido as realidades rurais e econômicas diferentes da população a qual o instrumento se destina, ressaltando que as mães que responderam ao KIDI, tem como cidades de origem interiores do estado do Pará, em que geralmente o refrigerante não é usado dentro das práticas parentais voltadas para a saúde do bebê. Estudos como de Super (1976) afirmam a influência do ambiente físico nas práticas de cuidado, em seu estudo foi possível mostrar como os aspectos do ambiente físico e social estariam relacionados a determinadas questões do desenvolvimento, assim como a

relevância das práticas adotadas pelos cuidadores. Esses subsistemas influenciam no desenvolvimento infantil dos bebês que estão na UMI, por isso a importância da articulação destes no entendimento das questões do KIDI.

Outras questões também tiveram altos índices de erros e estão relacionadas com a influência dos adultos no processo de aprendizagem, a credibilidade dos pais (homens) em cuidar dos bebês, a consistência durante o comportamento de disciplinar e a noção de profundidade nos primeiros meses de vida. Os erros nessas questões estão relacionados a diversos fatores, como a questão de gênero e a influência da cultura que de certa forma ainda coloca a mulher como a que nasce com a habilidade de cuidar do outro ser humano, limitando o papel do homem na criação dos filhos. Além disso, as questões sobre o desenvolvimento humano provavelmente tiveram alto índices de erros por serem informações difíceis de serem passadas para as mães antes, durante e após o parto, é possível que predominem as orientações voltadas para a saúde da mãe e seu bebê. A partir desses resultados as mães da UMI poderão ter acesso as temáticas citadas através do planejamento e realização de encontros que visem esclarecer e ensinar sobre o desenvolvimento infantil, especialmente no período após o parto em que a mãe poderá acompanhar o bebê em suas fases e estimular o seu crescimento físico, emocional e social de forma consciente e participativa.

Nas questões com maior percentual de incertezas, encontram-se questões sobre os cuidados com a saúde do bebê em situações de dificuldade em evacuar, sobre o nível de influência da criança na forma que os pais cuidam e brincam com ela, no propósito da criança ao dizer “não” para a mãe durante uma idade específica, ao total de horas que um bebê recém-nascido dorme por dia e sobre o motivo mais provável de um bebê em determinada idade se assustar. Resultado parecido foi encontrado na pesquisa de Correa (2011), em que as questões que envolvem aspectos ligados ao tempo que um recém-nascido dorme e chora por dia e sob estímulos que assustam crianças com menos de um ano também obtiveram percentual alto de

incerteza. Percebe-se certa dificuldade das mães em precisar o curso temporal de determinados aspectos do comportamento e do desenvolvimento infantil. É possível que esse resultado esteja relacionado ao tempo e qualidade de cuidados prestados aos filhos anteriores e aos atuais, que de alguma forma influencia no seu conhecimento acerca do desenvolvimento infantil, assim como a situação de custodiamento que impossibilita o uso de relógios, alterando por vezes a noção de tempo das mães.

Diante dos resultados obtidos pode-se dizer que as variáveis anteriormente citadas não foram suficientes para explicar o desempenho das mães em determinadas questões, visto que o perfil das participantes tende a ser o mesmo quando se analisa as questões com maior percentual de acerto, erro e incerteza. Por outro lado, identifica-se que, levando em consideração todas as questões do KIDI e os resultados obtidos, a multiparidade, a experiência de cuidar de outros filhos e o ambiente físico e social da unidade apresenta significativa associação com os conhecimentos sobre desenvolvimento infantil que foram aferidos pelo instrumento. Reafirma-se, portanto, o quão oportuno se faz conduzir estudos que investiguem as práticas, os conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e o ambiente físico e social que mães e bebês estão custodiados, visto que são diversas variáveis envolvidas neste processo e poucos trabalhos que se dedicam ao tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar o contexto da Unidade Materno Infantil à luz da teoria do Nicho de desenvolvimento (Harkness e Super, 1986), buscando a compreensão dos elementos que constituem o ambiente físico e social, as práticas de cuidado e o conhecimento das mães acerca do desenvolvimento infantil. Considera-se, primeiramente, que tanto o objetivo geral como os objetivos específicos propostos para o estudo foram alcançados, visto que foi possível analisar os dados considerando o perfil sócio demográfico das participantes, a análise das respostas relacionadas ao KIDI e a verificação das possíveis relações entre variáveis como idade, estado civil, escolaridade e número de filhos das mães e o conhecimento acerca do desenvolvimento infantil.

Os dados obtidos permitiram uma descrição do ambiente físico e social e realçaram um ambiente propício para a estimulação do desenvolvimento infantil, quanto ao aspecto social, pode-se sugerir um maior engajamento da unidade na prestação de visitas e mediação telefônica com os familiares e conhecidos, visto que nesse sentido ainda existem dificuldades enfrentadas pelas mães, esse vínculo é importante pois fortalece o apoio social e facilita a entrega do bebê para a família quando este completa um ano de idade.

A partir do KIDI a psicologia e as práticas de cuidado das mães também foram inferidas, foi encontrado um nível de acerto acima de 50% em todas as categorias do instrumento, mostrando um bom desempenho das mães no conhecimento sobre desenvolvimento infantil. A variável da multiparidade foi importante para explicar o desempenho, visto que se mostraram mulheres maduras, com mais de 25 anos, a maioria mãe de pelo menos três filhos e com a experiência de terem cuidado de todos eles. Além disso, o ambiente físico e social da unidade também contribuiu para o desempenho das mães, na

medida que disponibiliza assistência multiprofissional e ambiente físico satisfatório para o desenvolvimento tanto da mãe quanto do bebê.

Em relação a aplicação do instrumento, deve-se ressaltar que o mesmo é de origem estrangeira, essa escolha requer um cuidado especial pois sua elaboração foi destinada a uma população específica e sua aplicação pode ou não ser adequada aos participantes locais, considera-se oportuno sinalizar a adaptação e supressão de alguns termos utilizados ou o desenvolvimento de instrumentos nacionais relacionados ao conhecimento do desenvolvimento infantil que possibilitem o estudo destas populações no contexto prisional.

Ainda são necessárias pesquisas no contexto de cárcere que possam acompanhar as mudanças regionais e nacionais, em um movimento contrário ao de exclusão e negação da realidade dessas mães e seus bebês. Vale ressaltar o caráter exploratório do estudo e as limitações existentes, sendo difícil a generalização dos resultados pois o mesmo investigou uma amostra relativamente pequena proveniente apenas de um contexto. Neste ponto evidencia-se a necessidade da continuação da realização de estudos exploratórios nesse contexto de pesquisa, estudos que utilizem sessões observacionais para que possam contemplar de forma mais satisfatória o aspecto das práticas parentais exercidas e estudos comparativos que possam abarcar mães em liberdade para uma melhor compreensão da influência do contexto do cárcere.

Os resultados do presente estudo se somam aos dados da literatura nacional acerca das mães em situação de privação de liberdade, como uma contribuição para a caracterização sócio demográfica das mães paraenses e para a compreensão de seus conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil. Somam-se também aos dados da literatura que apontam a relevância do contexto e das crenças como influenciadores das práticas parentais. É possível que as informações obtidas no presente estudo possam ser reunidas para formulação de cartilhas ou manuais para serem utilizados nas unidades materno-infantis dando ênfase as

maiores dificuldades encontradas nas categorias do KIDI e possíveis intervenções que facilitarão o desempenho no exercício da maternidade. Logo, o presente estudo contribui, a partir de uma visão sistêmica, com a literatura da área de desenvolvimento humano e infantil, e a partir disso permite-se pensar nas possibilidades de utilização das informações levantadas na própria instituição como nas unidades materno-infantis de outros sistemas carcerários, contribuindo no pensar e fazer dos profissionais que ali atuam.

REFERÊNCIAS

Armelin, B. D. F, Mello, D. C., & Gauer, G. J. C. (2010). Filhos do cárcere: estudo sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado. Programa de pós-graduação em ciências criminais-PUCRS: RS. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/viewFile/7901/5586.%20Acesso%20em%202022.03.2013>

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado.

Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de agosto de 1990). Brasília, DF.

Brasil. Ministério da Justiça (MJ). (2007). *Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial para as Mulheres. Recuperado de: http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/RELATORIO_FINAL_-_vers%C3%A3o_97-20031.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. (2007). Promovendo o aleitamento materno. (2ª edição). Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde. Recuperado de: <http://www.unicef.org/brazil/pt/aleitamento.pdf>

Brasil. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.

- Braga, A. G. M., & Angotti, B. (2015). Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. *Série Pensando o Direito*, 51. Recuperado de: <https://www.justica.gov.br/noticias/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>
- Bitencourt, C. R. (1991). A falência da pena de prisão. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 80 (670), 241-53.
- Borges, L. C., & Salomão, N. M. R. (2015). Concepções de desenvolvimento infantil e metas de socialização maternas em contexto não urbano. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 20(2), 114-125. doi: 10.5935/1678-4669.20150013
- Buglione, S. (1998). A face feminina da execução penal. *Direito & Justiça*, 19 (20). Recuperado de: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/11532-11532-1-PB.htm>
- Campos, B. C., & Rodrigues, O. M. P. R. (2015). Depressão pós-parto materna: crenças, práticas de cuidado e estimulação de bebês no primeiro ano de vida. *Psico*, 46(4), 483-492. doi: 10.15448/1980-8623.2015.4.20802
- Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional – CEJIL. (2007). *Relatório sobre mulheres custodiadas no Brasil*. Recuperado de: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Custodiadas-no-Brasil-2007.pdf>

- Costa, M. A., Barbosa, A. S. (2010). Mulheres encarceradas e o exercício da maternidade: discutindo o trinômio mulher, criança e rede familiar. *Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Recuperado de: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277859738_ARQUIVO_Trab.Oral-17junho.pdf
- Corrêa, L. S. (2011). *Concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado à criança em ambiente de abrigo na perspectiva do Nicho Desenvolvimental*. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Universidade Federal do Pará, Belém. Recuperado de: <http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Laiane%20Correa%202011.pdf>
- Cruz, E. J. S., Cavalcante, L. I. C., & Pedroso, J. S. (2014). Inventário do Conhecimento do Desenvolvimento Infantil: estudo com mães de crianças em acolhimento institucional. *Revista da SPAGESP, 15(1)*, 49-63.
- Dalmácio, L. M., Cruz, E. J. S., & Cavalcante, L. I. C. (2014). Percepções de mães custodiadas sobre o direito á amamentação no sistema prisional. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 6(11)*, 54-72.
- Granja, R., Cunha, M. P., & Machado, H. (2013). Formas alternativas do exercício da parentalidade: parentalidade e maternidade em contexto prisional. *Ex aequo, (28)*, 73-96. Recuperado de: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200007&lng=pt&tlng=pt.

- Harkness, S., & Super, C. M. (1986). The developmental niche: a conceptualization at the interface of child and culture. *International Journal of Behavioral Development*, 9, 545-569.
- Harkness, S., & Super, C. M. (1992). Parental ethnotheories in action. In I. E. Siegel, A.V. McGillicuddy-DeLisi & J. J. Goodnow (Eds.). *Parental belief systems: The psychological consequences for children*, 373-391. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Ireland, T. D., & Lucena, H. H. R. (2013). O presídio feminino como espaço de aprendizagens. *Educação & Realidade*, 38(1), 113-136. doi:10.1590/S2175-62362013000100008
- Kobarg, A. P. R., & Vieira, M. L. (2008). Crenças e práticas de mães sobre o desenvolvimento infantil nos contextos rural e urbano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 401-408. doi: 10.1590/S0102-79722008000300008.
- Leal, M. C., Ayres, B. V. S., Esteves-Pereira, A. P., Sánchez, A. R., & Larouzé, B. (2016). Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2061-2070. doi: 10.1590/1413-81232015217.02592016
- Lima, G. M. B., Pereira Neto, A. F., Amarante, P. D. C., Dias, M. D., & Ferreira Filha, M. O. (2013). Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde em Debate*, 37(98), 446-456. doi:10.1590/S0103-11042013000300008.

- Martins, G. D. F., Vieira, M. L., Seidl-de-Moura, M. L., & Macarini, S. M.. (2011). Crenças e práticas de cuidado entre mães residentes em capitais e pequenas cidades Brasileiras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(4), 692-701. doi:10.1590/S0102-79722011000400009
- Mello, D. C. (2014). *A prisão feminina: gravidez e maternidade – um estudo da realidade em Porto Alegre - RS/Brasil e Lisboa/Portugal*. (Tese de Doutorado em Ciências Criminais), Faculdade de Direito, Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. Recuperado de: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6671/1/000459044-Texto%2BParcial%2Bv.1-0.pdf>
- Moraes, P. R. B. (2013). A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo Social*, 25(1), 131-147. doi: 10.1590/S0103-20702013000100007.
- Okada, M. S. B.(2016). *Maternidade no cárcere: cuidados básicos*. (Dissertação de Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Universidade Federal do Pará, Belém. Recuperado de: <http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Mayana%20Saraiva%20Bezerra%20Okada.pdf>
- Oliveira, L. V., Costa, G. M. C., Miranda, F. A. N. (2005). O significado da maternidade para presidiárias. *Rev enfermagem UFPE on line*, 9(2), 851-7. doi: 10.5205/reuol.6391-62431-2-ED.0902supl201511

- Organização das Nações Unidas. (2010). Regra 48 das Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.
- Pereira, E. L. (2016). Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, *21*(7), 2123-2134. doi: 10.1590/1413-81232015217.16792015
- Pereira, K. R. G., Saccani, R., & Valentini, N. C. (2016). Cognição e ambiente são preditores do desenvolvimento motor de bebês ao longo do tempo. *Fisioterapia e Pesquisa*, *23*(1), 59-67. doi:10.1590/1809-2950/14685223012016
- Ribas Jr., R. C., Moura, M. L. S., & Bornstein, M. H. (2007). Cognições maternas acerca da maternidade e do desenvolvimento humano: uma contribuição ao estudo da psicologia parental. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, *17*(1), 104-113.
- Ribas Jr., R. C., Moura, M. L. S., Gomes, A. A. N., & Soares, I. D. (2000). Adaptação brasileira do Inventário de Conhecimento sobre o Desenvolvimento Infantil de David Macphee [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Org.), *Anais - III Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (pp. 183). Niterói, RJ: Autor.
- Ribeiro, S. G., Lessa, P. R. A., Martings, M. H., Nicolau, A. I. O., Fernandes A. F. C., & Pinheiro, A.K.B. (2013). Experiência do amamentar por mães privadas de liberdade: estudo exploratório descritivo. *Enfermagem em Foco* *4*(2): 84-87 84.

Rios, G. S., & Silva, A. L. (2010). Amamentação em presídio: estudo das condições e práticas no Estado de São Paulo, Brasil. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde (Impresso)*, 12(3), 293-299. Recuperado em 10 de novembro de 2015, de http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000300014&lng=pt&tIng=pt.

Rita, R. P. S. (2006). *Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana*. (Dissertação de Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6377>

Santos, R. C. S. (2011). *Maternidade no cárcere: reflexões sobre o sistema penitenciário feminino*. (Dissertação de Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. Recuperado de: <http://tesislatinoamericanas.info/index.php/record/view/33641>

Segall, M. H., Dasen, P., Berry, J. W., & Poortinga, Y. H. (1999). *Human behavior in global perspective*, (2nd ed.). Boston: Allyn & Bacon.

Seidl de Moura, M. L., Ribas Jr., R. C., Piccinini, C. A., Bastos, A. C. S., Magalhães, C. M. C., Vieira, M. L., Salomão, N. M. R., Silva, A. M. P. M., & Silva, A. K. (2004). Conhecimento sobre desenvolvimento infantil em mães primíparas de diferentes centros urbanos do Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3), 421-429. doi: 10.1590/S1413-294X2004000300004

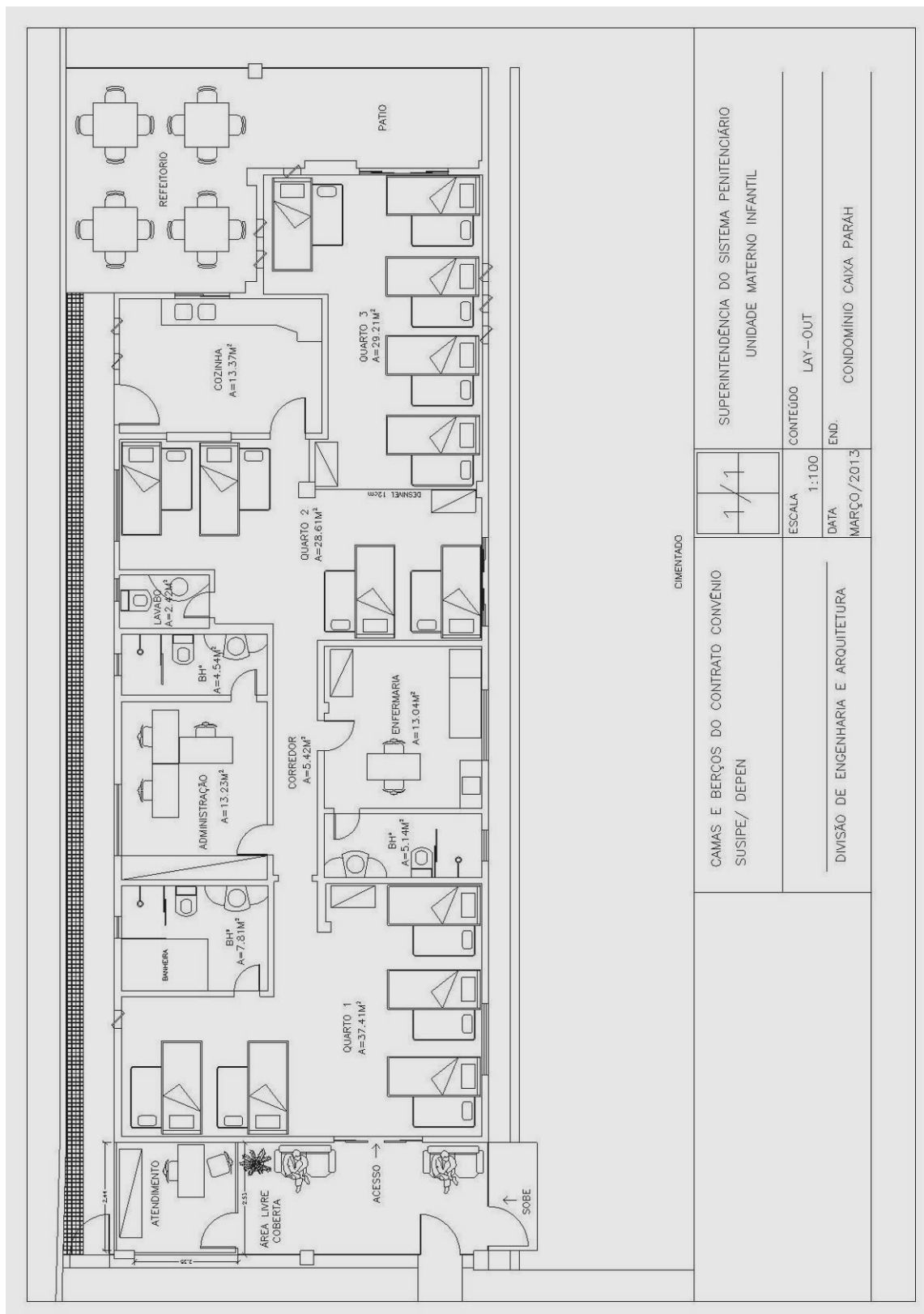
- Silva, A.K., Vieira, M.L., Seidl de Moura, M.L., & Ribas Jr., R.C. (2005). Conhecimento de mães primíparas sobre desenvolvimento infantil: um estudo em Itajaí, SC. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 15(3), 1-10.
- Silva, E. F, Luz, A. M. H., & Cechetto, F.H. (2011). Maternidade atrás das grades. *Revista Enfermagem em foco*, 2, p. 33-37.
- Silva, R. A. (2008). *Cognições Parentais: Crenças, Metas e Estratégias de Socialização de Mães Primíparas*. (Dissertação de Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Universidade Federal do Pará, Belém. Recuperado de: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1923/1/Dissertacao_CognicoesParentaisCrencas.pdf
- Silva R. A. M; Magalhães C. M. C. (2011). Crenças sobre práticas: um estudo sobre mães primíparas de contexto urbano e não-urbano. *Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Hum.*; 21(1): 39-50.
- Simas, L., Ventura, M., Baptista, M. R., & Larouzé, B. (2015). A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. *Revista Direito GV*, 11(2), 547-572. doi: [org/10.1590/1808-2432201524](https://doi.org/10.1590/1808-2432201524)
- Souza, R. G. C., Ferreira, A. M. M. (2012). O amor atrás das grades: um estudo sócio-jurídico sobre a maternidade nas prisões. *Revista da FARN*, 11 (1/2): 133-163.

- Stella, C. (2009). Aprisionamento materno e escolarização dos filhos. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 21-28. doi: 10.1590/S1413-85572009000100003
- Super, C. M. (1976). Environmental effects on motor development: The case of „African infant precocity“. *Develop. Med. Child Neurol.* 18, 561 -567.
- Viafore, D. (2005). A gravidez no cárcere brasileiro: uma análise da penitenciária feminina Madre Pelletier. *Revista Direito & Justiça*, 31 (2), 91–108. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/viewFile/571/401>
- Whiting, B. B., & Whiting, J. W. M. (1975). *Children of six cultures: a psycho-cultural analysis*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

APÊNDICES

Apêndice A- Planta da Unidade Materno Infantil (UMI)

Fonte: imagem cedida pela SUSIPE



Apêndice B- Roteiro de Entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DATA: ___/___/____. INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____

LOCAL: _____

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DAS MÃES DA UMI

Nome:
Idade:
Estado Civil:
Escolaridade:
Número de filhos:
Cuidou de todos eles? () SIM () NÃO
Possui contato com o pai da criança? () SIM () NÃO
Recebe visitas? ()SIM ()NÃO
De quem?
Ocupação antes do encarceramento:
Motivo de estar encarcerada:
Situação jurídica: () PROVISÓRIA () SENTENCIADA
Bebê
Idade no dia da entrevista:

Apêndice C - Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI)

**INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO
INFANTIL**
Knowledge of Infant Development Inventory (KIDI)

Data: _____

Código: _____

Neste questionário são feitas perguntas a você sobre o desenvolvimento infantil e os cuidados em relação à saúde da criança nos primeiros anos de vida. Cada item descreve o que poderia ser o comportamento de uma criança comum ou o que poderia afetar o crescimento e o comportamento de um bebê. Marque em cada item se você concorda com a afirmação, se discorda dela, ou se não está segura da resposta.

Por favor, responda cada pergunta baseando-se em seu conhecimento sobre as crianças de uma maneira geral - não tome apenas o seu filho como referência. Em outras palavras, nós desejamos saber como você pensa que se comporta a maioria dos bebês, como eles crescem, e como cuidar deles. Por favor, certifique-se de marcar apenas uma só resposta para cada item.

Por favor, marque em cada um dos próximos itens se:

(A) Você concorda; (B) Você discorda; (C) Você não está certo(a) da resposta

- 1 A mãe precisa apenas alimentar, limpar e vestir o bebê, para que ele fique bem.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo (a)
- 2 Um bebê precisa ser visto por um médico, de meses em meses, no primeiro ano de vida.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 3 Uma criança de dois anos que está atrasada dois ou três meses em relação a outras crianças de dois anos é retardada.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 4 As crianças muitas vezes continuarão usando uma palavra errada durante algum tempo, mesmo quando se diz para elas a forma correta de falar essa palavra (exemplo: em vez de dizer “pés”, diz “péses”)
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 5 O bebê não deve ser carregado no colo quando é alimentado porque desta forma ele vai querer ter colo o tempo todo.

- (A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 6 Se um bebê de nove meses quiser algo para beliscar, dê a ele amendoim, pipoca ou passas.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 7 Os bebês fazem algumas coisas somente para causar problemas para sua mãe ou seu pai.
(Exemplo: chorar por muito tempo ou sujar suas fraldas).
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 8 Uma mesma coisa pode fazer uma criança chorar em um momento e rir em outro (Exemplo: um cachorro grande ou brincar de “Vou te pegar”).
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 9 Se você castiga o bebê que está sob seus cuidados por fazer algo errado, é certo dar a ele um doce para que ele (ou ela) pare de chorar.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 10 Você tem que ficar no banheiro enquanto o bebê que está sob seus cuidados estiver na banheira.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 11 Em geral, os bebês não podem ver e ouvir ao nascerem.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 12 Bebês entendem apenas as palavras que eles podem falar.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 13 Se um bebê é tímido ou inquieto em situações novas, isso geralmente significa que existe um problema emocional.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 14 Falar com o bebê sobre coisas que ele está fazendo ajuda no seu desenvolvimento.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 15 Pode-se esperar para dar vacinas após um ano porque os bebês têm uma forma de proteção natural contra doenças no primeiro ano de vida.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 16 Uma criança de dois anos que diz “não” a tudo e tenta mandar em você, faz isso de propósito e está apenas tentando aborrecer você.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 17 O modo como se cria uma criança terá pouco efeito sobre sua inteligência.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 18 Um bebê com cólica pode chorar por 20 ou 30 minutos, não importando o quanto você tente confortá-lo.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)

- 19 Os pais (homens) são naturalmente sem jeito quando cuidam dos bebês.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 20 Todas as crianças precisam da mesma quantidade de sono.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 21 Uma criança pequena normalmente faz de 5 a 7 refeições por dia.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 22 A criança tem pouca influência sobre a maneira como a mãe (ou o pai) cuida dela e brinca com ela, pelo menos até a criança ficar mais velha.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 23 Cuidar de um bebê pode deixar uma mãe ou um pai cansado, frustrado, ou sentindo que a carga é demais para ele.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 24 Colocar um travesseiro macio no berço é uma forma boa e segura de ajudar o bebê a dormir melhor.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 25 Um bebê recém-nascido consegue ver um rosto a dois metros de distância, tão bem quanto um adulto.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 26 Uma irmã ou irmão pequeno pode começar a fazer xixi na cama ou chupar o dedo quando um novo bebê chega na família.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 27 Alimentos novos devem ser dados ao bebê, um de cada vez, com um intervalo de 4 a 5 dias entre um e outro.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 28 A noção de tempo de uma criança de dois anos é diferente da noção de tempo de um adulto.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 29 O Q.I. (a inteligência) de uma pessoa permanece o mesmo durante a infância.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 30 A maioria dos bebês prematuros acaba sendo maltratada, mal cuidada ou mentalmente retardada.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 31 Se um bebê é alimentado com leite em pó ele precisa de vitaminas extras e ferro.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)

- 32 Alguns bebês saudáveis cospem quase todo novo alimento, até que se acostumem com ele.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 33 A personalidade (individualidade) do bebê está formada aos 6 meses de idade.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 34 Um bebê de três meses faz xixi nas suas fraldas aproximadamente 10 vezes por dia.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 35 Uma criança está usando regras da linguagem, mesmo quando ela diz palavras e frases de um modo incomum ou diferente (Exemplo: "Eu fazi." ou "Ela quisera minha bola").
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 36 Algumas pais e mães não se envolvem realmente com seus bebês até que eles comecem a sorrir e olhar para elas.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 37 O modo com que a mãe responde ao bebê nos primeiros meses de vida determina se a criança crescerá contente e bem ajustada, ou mal-humorada e desajustada.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 38 Os dedos do pé de um recém-nascido se abrem quando você acaricia a planta do pé dele.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 39 As crianças aprendem tudo do seu idioma copiando o que elas ouvirem os adultos falar.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 40 Quando um bebê com menos que 12 meses tem diarreia, os pais devem parar de alimentá-lo com comida sólida e dar a ele água com açúcar ou coca-cola sem gás.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 41 Um bebê pode parar de prestar atenção ao que acontece ao seu redor se houver muito barulho ou muitas coisas para olhar.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 42 Alguns bebês normais não gostam de ficar no colo.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 43 Se um bebê tem dificuldades para evacuar, deve-se dar a ele leite morno.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 44 Quanto mais você conforta seu bebê segurando-o e falando com ele, quando ele está chorando, mais você o estraga.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)

- 45 Uma causa frequente de acidentes com crianças de 1 ano é quando elas puxam e cai sobre elas alguma coisa como uma panela, uma toalha de mesa, ou um rádio.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 46 Bebês meninas são mais frágeis e ficam doentes mais frequentemente, por isso, precisam ser tratadas com mais cuidados do que os meninos.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 47 Um bom modo para ensinar o bebê que está sob seus cuidados a não bater é reagir batendo.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)
- 48 Alguns dias você precisa disciplinar seu bebê; outros dias você pode ignorar a mesma coisa. Tudo depende de seu humor naquele dia.
(A) Concordo (B) Discordo (C) Não estou certo(a)

As perguntas a seguir são sobre a idade com que as crianças podem fazer determinadas coisas. Se você achar que a idade está certa, marque "Concordo". Se você não concordar, então decida se uma criança mais Jovem ou mais Velha poderia fazer isto. Se você não estiver seguro da idade, marque "não tenho certeza".

- 49 A maioria dos bebês pode ficar sentado no chão sem cair com 7 meses.
(A) Concordo (B) Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 50 Um bebê de 6 meses responderá a uma pessoa de forma diferente dependendo se a pessoa estiver contente, triste ou chateada.
(A) Concordo (B) Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 51 A maioria das crianças de 2 anos pode perceber a diferença entre uma história de faz-de-conta da televisão e uma história real.
(A) Concordo (B) Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 52 As crianças normalmente já estão andando por volta dos 12 meses de idade.
(A) Concordo (B) Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 53 Um bebê de 8 meses comporta-se de forma diferente com uma pessoa conhecida e com alguém que nunca tenha visto antes.
(A) Concordo (B) Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 54 Um bebê precisa ter aproximadamente 7 meses para poder alcançar e agarrar coisas.
(A) Concordo (B) Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 55 Uma criança de 2 anos pode raciocinar logicamente, tanto quanto um adulto poderia.
(A) Concordo (B) Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 56 Uma criança de 1 ano sabe distinguir o que é certo do que é errado.

- (A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 57 Um bebê de 3 meses muitas vezes sorrirá quando vir o rosto de um adulto.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 58 A maioria das crianças está pronta para ser treinada a ir ao banheiro com 1 ano de idade.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 59 Uma criança começará a responder a seu nome com 10 meses.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 60 Os bebês começam a rir das coisas ao seu redor em torno dos 4 meses de idade.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 61 Um bebê de 5 meses sabe o que significa um “não”.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 62 Um bebê de 4 meses deitado de bruços consegue levantar a cabeça.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 63 Balbuciar (“a-ba-ba” ou “bu-bu”) começa em torno dos 5 meses.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 64 Crianças de 1 ano frequentemente cooperam e compartilham coisas quando brincam juntas.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 65 Uma criança de 12 meses pode se lembrar de brinquedos que ela viu serem escondidos.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 66 O bebê normalmente diz sua primeira palavra de verdade aos 6 meses.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 67 Os bebês têm percepção de profundidade em torno dos 6 meses de idade (podem perceber que estão em um lugar alto).
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza
- 68 Um bebê de 2 meses pode distinguir alguns sons da linguagem.
(A)Concordo (B)Mais Jovem (C) Mais Velha (D) Não tenho certeza

Por favor, faça uma linha em volta da melhor resposta para as próximas questões:

69. A melhor maneira de lidar com uma criança de um ano que continua brincando na sala com coisas que quebram é:
- Manter ele (ou ela) num cercadinho e fora do alcance de tudo.
 - Dar uma palmada na mão do bebê toda vez que ele tocar em algo.

- c. Falar "Não!" para a criança e esperar que ela obedeça você.
- d. Colocar as coisas fora do alcance até que a criança fique mais velha.
- e. Não tenho certeza

70. Selecione o brinquedo mais apropriado para uma criança de 1 ano:

- a. Fazer um cordão com continhas.
- b. Recortar formas com tesouras.
- c. Rolar uma bola de um lado para outro com um adulto.
- d. Arrumar coisas por forma e cor.
- e. Não tenho certeza

71. Um bebê recém-nascido normal dorme um total de:

- a. 22 horas por dia.
- b. 17 horas por dia.
- c. 12 horas por dia.
- d. 7 horas por dia.
- e. Não tenho certeza

72. Se uma criança de 2 anos não consegue o que quer e tem um acesso de birra, qual seria a melhor maneira de evitar problemas futuros com birras?

- a. Dar para a criança um brinquedo novo.
- b. Ignorar a birra.
- c. Dar uma palmada no bumbum da criança.
- d. Deixar a criança conseguir o que quiser.
- e. Não tenho certeza

73. Ao todo, um bebê recém-nascido normal chora:

- a. 1-2 horas de 24.
- b. 3-4 horas de 24.
- c. 5-6 horas de 24.
- d. 7-8 horas de 24.
- e. Não tenho certeza

74. É mais provável que um bebê de 8 meses se assuste com:

- a. Sonhos.
- b. Bichos grandes.
- c. Ficar sozinho no escuro.
- d. Uma pessoa desconhecida usando uma máscara.
- e. Não tenho certeza

75. A melhor maneira de baixar a febre de um bebê é:

- a. Colocar um pano frio na testa do bebê.
- b. Colocar mais roupas no bebê.
- c. Dar gotas de remédio contra a febre.
- d. Dar muita vitamina C para o bebê.
- e. Não tenho certeza

Comentários:

Apêndice D- Folha de registro das respostas do Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI)

FOLHA DE REGISTRO- KIDI

NOME: _____
 (mãe 1, mãe 2, mãe 3...)
 DATA: _____
 INÍCIO: _____
 TÉRMINO: _____

43	A	B	C
44	A	B	C
45	A	B	C
46	A	B	C
47	A	B	C
48	A	B	C

Legenda:

- ▽ - Práticas de Cuidado
- ⊕ - Saúde e Segurança
- - Normas e Aquisição
- ♥ - Princípios

▽	1	A	B	C
⊕	2	A	B	C
■	3	A	B	C
♥	4	A	B	C
▽	5	A	B	C
⊕	6	A	B	C
■	7	A	B	C
♥	8	A	B	C
▽	9	A	B	C
⊕	10	A	B	C
■	11	A	B	C
♥	12	A	B	C
♥	13	A	B	C
▽	14	A	B	C
⊕	15	A	B	C
▽	16	A	B	C
♥	17	A	B	C
⊕	18	A	B	C
▽	19	A	B	C
♥	20	A	B	C
■	21	A	B	C
♥	22	A	B	C
▽	23	A	B	C
⊕	24	A	B	C
■	25	A	B	C
♥	26	A	B	C
⊕	27	A	B	C
■	28	A	B	C
♥	29	A	B	C
♥	30	A	B	C
⊕	31	A	B	C
♥	32	A	B	C
♥	33	A	B	C
■	34	A	B	C
♥	35	A	B	C
▽	36	A	B	C
♥	37	A	B	C
■	38	A	B	C
♥	39	A	B	C
⊕	40	A	B	C
♥	41	A	B	C
♥	42	A	B	C

■	49	A	B	C	D
■	50	A	B	C	D
■	51	A	B	C	D
■	52	A	B	C	D
■	53	A	B	C	D
■	54	A	B	C	D
■	55	A	B	C	D
■	56	A	B	C	D
■	57	A	B	C	D
■	58	A	B	C	D
■	59	A	B	C	D
■	60	A	B	C	D
■	61	A	B	C	D
■	62	A	B	C	D
■	63	A	B	C	D
■	64	A	B	C	D
■	65	A	B	C	D
■	66	A	B	C	D
■	67	A	B	C	D
■	68	A	B	C	D

▽	69	A	B	C	D	E
■	70	A	B	C	D	E
■	71	A	B	C	D	E
▽	72	A	B	C	D	E
■	73	A	B	C	D	E
■	74	A	B	C	D	E
⊕	75	A	B	C	D	E

COMENTÁRIOS:

Apêndice E- Autorização Judicial

Superintendência do
Sistema Penitenciário do
Estado do Pará
Escola de Administração Penitenciária



Memo. nº 091/15 – EAP/SUSIPE		Data: 13/02/2015
Para: André Luiz de Almeida e Cunha Superintendente/SUSIPE		Da: Escola de Administração Penitenciária - EAP
Assunto: Encaminhamento do Termo de Compromisso		
<p>Senhor Superintendente,</p> <p>1. Assumido o comprometimento pelos coordenadores Janari da Silva Pedroso e Celina Maria Colino Magalhães do Programa de Pós – Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA, e de observância das cláusulas vigentes no Termo de Compromisso de Pesquisa estabelecido por esta Superintendência, encaminho o referido documento para que a assinatura de Vossa Senhoria seja lavrada.</p> <p>2. Ressalto que serão aplicados dois projetos de pesquisa tem como objetivo investigar os conhecimentos e práticas de mães em contexto de cárcere sobre amamentação, descrever o perfil das participantes (mães e bebês), as formas de amamentar da mães e assim produzir material de didático para mediar a prática das mães na amamentação, cujo tema dos projetos são intitulados “Instalação e Manutenção da Brinquedoteca Móvel da Unidade Materno Infantil” e “Amamentação no Cárcere: possibilidades e desafios para mães e bebês” a ser realizado nas dependência da UMI – Unidade Materno Infantil.</p> <p>Respeitosamente,</p> <p><i>Fernanda Nazare da Luz Almeida</i> FERNANDA NAZARÉ DA LUZ ALMEIDA TÉCNICA EM GESTÃO PENITENCIÁRIA (PSICOLOGA) Fernanda Nazaré L. Almeida Téc. em Gestão Penitenciária M F 54196410/1</p>		<p>DESPACHO</p> <p>ENCAMINHAMENTO</p> <p>PROT. Nº 2015/ 67.316 19.02.15 10^h 45 Protocolista</p> <p>PROTÓCOLO GABINETE SUSIPE 20 02 15 AS 09:45 <i>[Assinatura]</i></p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Superintendência do Sistema Penitenciário

TERMO DE COMPROMISSO DE PESQUISA Nº. 01

QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE E OS COORDENADORES JANARI DA SILVA PEDROSO E CELINA MARIA COLINO DE MAGALHÃES DA UFPA.

Pelo presente termo, a **SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ – SUSIPE**, Autarquia da Administração Indireta do Estado do Pará, CNPJ 05.929.042/0001-25, estabelecida na Rua Santo Antônio, S/N, Comércio, CEP 66.010-015, em Belém-Pará, neste ato representado por seu Superintendente, o Senhor **ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA**, brasileiro, portador da C. I. nº. 18404 PM/PA e CPF nº. 292.448.542-87, residente e domiciliado nesta cidade, e os coordenadores **JANARI DA SILVA PEDROSO**, brasileiro, portador do RG 3704161 e CPF nº 289244952-91, residente na Avenida Alcindo Cacela 3145 Ap 903 Cremação – Belém e **CELINA MARIA COLINO DE MAGALHÃES** brasileira, portadora do RG 2298226 e CPF nº 124.085.222-34, residente na Travessa Antonio Baena nº 172 Pedreira – Belém coordenadores do Programa de Pós – Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo de Compromisso terá como objetivo promover a facilitação entre a estudante/pesquisadora e o campo da pesquisa penitenciária, intermediando o acesso as informações profissionais e a entrada no interior dos estabelecimentos prisionais, bem como o fornecimento de dados, salvo os sigilosos, que contribuam para a consecução da pesquisa.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Escola de Administração Penitenciária – EAP ficará responsável pelo recenseamento e intercâmbio da estudante pesquisadora com as diversas unidades do Sistema Penitenciário do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA - A formalização deste instrumento fica condicionada ao comparecimento, com a antecedência mínima de 01 (uma) semana a EAP para conferência documental, além da avaliação de compatibilidade de vagas e horários, segundo critérios a serem estabelecidos posteriormente através de Portaria específica.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Para consolidação do compromisso, a estudante/pesquisadora deverá apresentar-se à EAP munido dos seguintes documentos:

- a) RG e CPF;
- b) Documento de encaminhamento da Instituição de Ensino onde se encontra regularmente matriculada, atestando a necessidade da pesquisa em parceria com esta Superintendência, assim como a discricção da linha de pesquisa e nome do Orientador do projeto;
- c) Cópia do projeto de pesquisa.

CLÁUSULA QUARTA – A SUSIPE, especificamente, a EAP, não se responsabiliza pelo fornecimento de material didático, cópias ou impressões a estudante/pesquisadora, e ainda, despesas com transporte ou alimentação do mesmo, ficando isenta de quaisquer ônus de caráter remunerativo ou compensatório.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A EAP se isenta também da responsabilidade pelos resultados esperados com a conclusão da pesquisa, ressaltando que a contribuição deste órgão restringisse a disposição discricionária de auxílio a estudante/pesquisadora, sem qualquer vínculo com o conteúdo da produção acadêmica.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A pesquisa apresentada pela estudante/pesquisadora poderá, conforme interesse desta Superintendência ser redirecionada.

CLÁUSULA QUINTA – O presente termo vigorará da data de sua assinatura 19/02/2015 até a data de 19/08/2015, que corresponde ao período máximo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, por até 360 (trezentos e sessenta) dias. A prorrogação será decidida pelo titular do órgão e deverá fundamentar-se em pareceres escritos do orientador vinculado a Instituição de Ensino e da Diretora da EAP.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Superintendência do Sistema Penitenciário

CLÁUSULA SEXTA - A jornada das atividades desenvolvidas pela estudante/pesquisadora no interior desta Superintendência ficará determinada em 02 (duas) horas, 02 (duas) vezes por semana, condicionadas a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - A estudante/pesquisadora identificada assume o compromisso de:

- a) Preservar a privacidade dos internos cujos dados serão coletados;
- b) Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- c) Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima ou sendo usadas iniciais, não sendo permitidas outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.

CLÁUSULA OITAVA - A estudante/pesquisadora deverá portar a identificação própria que lhe será fornecida pela EAP/SUSIPE durante o período em que se encontrar nas dependências da Superintendência, sujeitando-se às normas internas de conduta e funcionamento da mesma.

CLÁUSULA NONA - Este termo não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre a SUSIPE e a estudante/pesquisadora, nem a título de estágio ou aprendizagem.


CLÁUSULA DÉCIMA - A qualquer tempo, visando à primazia do interesse público e o interesse da Superintendência, este termo poderá ser reiniciado, além dos seguintes motivos:

- a) a conclusão ou abandono do curso e/ou trancamento da matrícula por parte da estudante;
- b) não cumprimento do convencionado no presente instrumento.


SUBCLÁUSULA ÚNICA - A SUSIPE reserva-se do direito de suspender a concessão das informações atinentes à pesquisa, enviar comunicação a Instituição de Ensino, relatando o descumprimento das cláusulas estipuladas a estudante/pesquisadora e da obrigatoriedade de encaminhamento de justificativa junto a este órgão acerca das razões da inobservância do compromisso acordado, e ainda

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Ao final do período estipulado neste Termo de Compromisso para conclusão da pesquisa, a estudante/pesquisadora deverá disponibilizar uma cópia do trabalho à SUSIPE, devidamente assinada pelo Orientador e banca examinadora.

Marituba, 13 de Fevereiro de 2015.


ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará


FERNANDA NAZARÉ DA LUZ ALMEIDA
TÉCNICA EM GESTÃO PENITENCIÁRIA (PSICOLOGA)


JANARI DA SILVA PEDROSO
Coordenador/Pesquisador


CELINA MARIA COLINO DE MAGALHÃES
Coordenadora/Pesquisadora

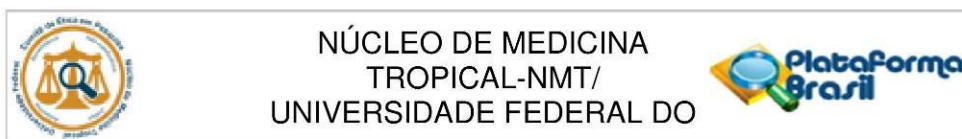


Governo do Estado do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Superintendência do Sistema Penitenciário

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

Apêndice F- Autorização do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Amamentação no cárcere: possibilidades e desafios para mães e bebês

Pesquisador: Celina Maria Colino Magalhães

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 41349014.0.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Medicina Tropical-NMT/ Universidade Federal do Pará - UFPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.070.312

Data da Relatoria: 25/03/2015

Apresentação do Projeto:

O projeto traz uma proposta de pesquisa que se reporta à realidade de mães e bebês no contexto do cárcere. É um tema atual e com relevância social. Os autores informam que o Brasil aparece no contexto mundial ocupando o quarto lugar entre os países com maior número de presos: 496.25 apenados. No final de 2011, a população carcerária no Brasil totalizou 514.582 pessoas, sendo que 6,6% destas equivalem às mulheres encarceradas. No âmbito do legislativo encontra-se o respaldo a mãe para amamentar seu bebê por nove meses, entretanto nos Estados ainda existe um descompasso em operacionalizar essa determinação. O ingresso de gestantes na penitenciária constitui uma questão que merece reflexões e ações eficazes no âmbito de políticas públicas. A criação de unidade carcerárias que possam oferecer uma atenção especial a essa demanda é resultado de um conjunto de leis que asseguram os direitos das mães e seus bebês, independente do seu ato infracional. O projeto tem por objetivo investigar os conhecimentos e práticas de mães em contexto de cárcere sobre amamentação. Farão parte do estudo todas as mães e seus bebês que estão na Unidade Materno Infantil (UMI) na cidade de Belém-Pará. Os dados serão coletados utilizando um roteiro de entrevista semi-estruturada, uma escala e um protocolo de observação da diáde mãe-bebê. O roteiro de entrevista, criado pelos pesquisadores, objetiva levantar informações para

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

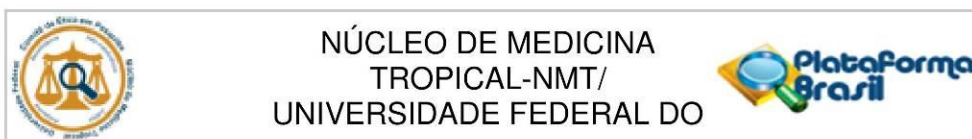
UF: PA

Telefone: (91)3201-0961

Município: BELEM

CEP: 66.055-240

E-mail: cepbel@ufpa.br



Continuação do Parecer: 1.070.312

descrever o perfil das mães e bebês e aferir os conhecimentos acerca da amamentação. O roteiro é composto de por 28 perguntas distribuídas em cinco campos: 1-dados sociodemográficos, 2- situação sócio-jurídica, 3- dados da gravidez, 4-dados do bebê e 5 – Questão aberta sobre como é amamentar no contexto de cárcere. - Mother and Baby Scales (MABS): Escala desenvolvida por James-Roberts e Wolke em 1987 para avaliar a confiança da mãe na prestação de cuidados ao bebê, nomeadamente, avalia a emocionalidade negativa dos recém-nascidos e os seus comportamentos de alerta, assim como as percepções dos pais acerca da sua própria confiança na prestação de cuidados ao bebê. Entre as questões que nortearão está não apenas a preocupação em verificar os conhecimentos dessas mães sobre o aleitamento materno, e suas possíveis implicações para a saúde delas e dos seus bebês. Em vista da importância do bem estar físico, mental e social proporcionado a mãe e crianças pelo leite materno, o projeto tem por objetivo investigar os conhecimento e práticas das mães em contexto de cárcere sobre amamentação. Com os resultados pretende-se contribuir para efetivação da amamentação no cárcere e auxiliar no desenvolvimento de estratégias de intervenção direcionadas as mães e seus bebês.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Investigar os conhecimentos e práticas de mães em contexto de cárcere sobre amamentação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o perfil das participantes (mães e seus bebês);
- Levantar os conhecimentos das mães sobre amamentação;
- Descrever a forma de amamentar das mães;
- Comparar o conhecimento e a forma de amamentar das mães;
- Produzir material didático para mediar a prática das mães na amamentação.

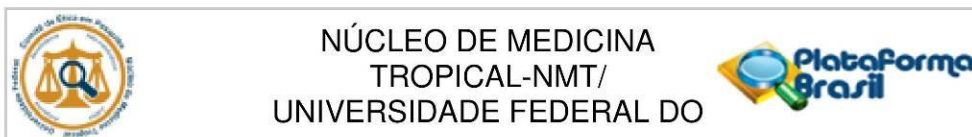
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A utilização da escala e do roteiro de entrevista poderão causar desconforto as mães, uma forma de contornar essa situação e fazer a interrupção da aplicação, marcando sua continuidade para outro momento. Como o trabalho será desenvolvido por três psicólogos e acompanhado pela psicóloga da instituição, será garantido momentos de escuta a essas mães.

Benefícios:

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92	CEP: 66.055-240
Bairro: Umarizal	
UF: PA	Município: BELEM
Telefone: (91)3201-0961	E-mail: cepbel@ufpa.br



Continuação do Parecer: 1.070.312

O ingresso de gestantes na penitenciária constitui uma questão que merece reflexões e ações eficazes no âmbito de políticas públicas. Assim, de maneira mais geral, espera-se que este projeto contribua para o planejamento de políticas públicas visando garantir a melhoria das condições de vida das custodiadas e deste grupo infantil, definindo prioridades, destinando recursos e estabelecendo metas para a saúde da custodiada e da crianças, gerando uma maior promoção e incentivo ao aleitamento materno. Dessa forma, os resultados poderão contribuir teoricamente por trazer a discussão sobre a influência da amamentação para o desenvolvimento do bebê e para a saúde da mãe, podendo frisar que o modo de amamentar ou não amamentar o bebê pode contribuir de modo relevante para a melhor ou pior qualidade de vida do bebê e de sua mãe, e como consequência, impactar sobre suas funções cognitivas e emocionais. Ressalta-se a carência de estudos científicos na realidade brasileira, em especial, aqueles desenvolvidos na região norte. Esperamos fornecer dados que permitam aos profissionais das instituições, avaliarem suas crenças e, conseqüentemente, suas práticas em relação a amamentação no cárcere a fim de promover um aumento da qualidade de vida das internas e seus bebês. Para as internas e seus bebês, os dados serão utilizados para construir material especializado tendo como foco a mediação da prática das mães na amamentação de seus bebês.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto foi bem elaborado e evidencia uma relação adequada entre os objetivos pretendidos e o método da pesquisa. Trata de um problema de pesquisa atual, mas que provoca a investigação de temas clássicos da literatura sobre a importância da relação mãe-bebê e do aleitamento materno nos primeiros anos de vida.

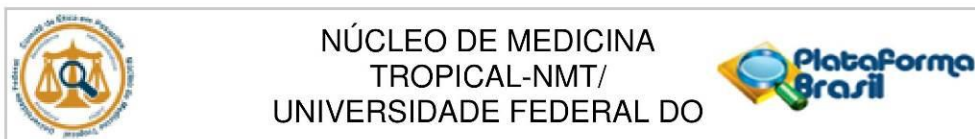
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta os termos de apresentação obrigatória, como a Folha de Rosto com informações gerais sobre a pesquisa, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este documento, que autoriza a realização da pesquisa nas dependências da instituição, está devidamente assinado pelo diretor responsável pela UMI.

Recomendações:

Todas as recomendações apresentadas pelo parecer consubstanciado do CEP foram acatadas pelo proponente.

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92
Bairro: Umarizal **CEP:** 66.055-240
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-0961 **E-mail:** cepbel@ufpa.br



Continuação do Parecer: 1.070.312

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BELEM, 20 de Maio de 2015

Assinado por:
ANDERSON RAIOL RODRIGUES
(Coordenador)

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

CEP: 66.055-240

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepbel@ufpa.br

Apêndice G- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROJETO: CONHECIMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM
ESTUDO COM MÃES EM CONTEXTO DE CÁRCERE

ESCLARECIMENTOS DA PESQUISA

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que busca Analisar o contexto da Unidade Materno Infantil à luz do modelo teórico do Nicho desenvolvimental. Para alcançar esse objetivo, os aspectos citados anteriormente serão analisados através das respostas de mães custodiadas na Unidade Materna Infantil – SUSIPE-PA. Sua colaboração neste estudo será de muita importância, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você, você tem a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. Sua participação será voluntária.

Os benefícios para a pessoa que participará voluntariamente da pesquisa serão: A contribuição de dados para o meio científico e a temática das mães em contexto de cárcere, além de proporcionar novas reflexões para os profissionais da Unidade Materno Infantil, que poderão compreender de que forma as internas entendem o desenvolvimento infantil, aperfeiçoando seus atendimentos e desenvolvendo melhorias no exercício da maternidade na

unidade, além de suscitar uma discussão sobre as políticas públicas voltadas para essa população assistida.

Os prováveis riscos para os participantes, se houverem, serão decorrentes a conflitos emocionais que poderão ser manifestados durante a aplicação dos instrumentos de pesquisa. Caso ocorra, as mães terão suporte psicoterapêutico da pesquisadora, por ser psicóloga. Também poderá ocorrer a quebra de sigilo onde o material utilizado na pesquisa possa ser extraviado ou observado por pessoas que não façam parte do grupo de pesquisa. Estes riscos podem ser evitados da seguinte maneira: guardando-se o material da pesquisa em posse da pesquisadora e da orientadora. Os dados obtidos durante a pesquisa serão mantidos em sigilo, os resultados caso divulgados em publicações científicas, manterá o sigilo dos dados pessoais.

Ao final da pesquisa você poderá receber a devolutiva sobre os seus dados coletados e a qualquer momento, durante a realização da mesma, poderá ter acesso ao profissional responsável para esclarecer dúvidas, obter maiores informações relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de dados.

Data: ____/____/____.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura da Participante